UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS
DE LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

YARA FRUTEIRO VIEIRA DE SOUZA

O favor: Uma ponte entre Brasil e Portugal Oitocentista

São Paulo

2016

YARA FRUTEIRO VIEIRA DE SOUZA

O favor: Uma ponte entre Brasil e Portugal Oitocentista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Motta Oliveira

São Paulo

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: SOUZA, Yara Fruteiro Vieira de

Título: O favor: Uma ponte entre Brasil e Portugal Oitocentista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

A todos aqueles que,

de alguma forma,

tornaram esse trabalho possível.

AGRADECMENTOS

Ao Prof. Dr. Paulo Motta, não apenas por ter sido o melhor orientador que eu poderia ter, mas também por ter sido um ser humano incrível que soube me entender, aconselhar e auxiliar em um dos momentos mais difíceis da minha vida.

Ao Prof. Dr. Hélio Guimarães pelos longos e imprescindíveis diálogos sobre Machado de Assis, dentro e fora da sala de aula.

Ao Prof. Marcos César Soares, ao Prof. Antônio José Pasta Júnior e à Prof. Drª. Sandra Guardini Vasconcelos por toda a paciência e carinho que me acolheram e me conduziram durante a graduação.

À Profª. Drª. Luciene Marie Pavanelo e ao Prof. Dr. Henrique Marques Samyn pelos valiosos comentários durante o exame de qualificação.

Aos meus pais queridos Nelson e Mariana por serem sempre meu porto seguro e por terem me ensinado, através do exemplo, a trabalhar, ter disciplina e responsabilidade para trilhar os caminhos da vida.

Aos meus irmãos e companheiros Denise, Douglas e Leandro e à minha irmã de coração Thalyta que sempre foram pessoas amadas e fundamentais em minha vida.

À minha afilhada amada Lívia, às minhas sobrinhas lindas Ellen e Gaby e à minha filhinha do coração Bia por iluminarem meu mundo com seus sorrisos encantadores e serem as joias mais valiosas da minha vida.

Ao meu namorado Edinho pela amizade, companhia, amor, carinho e empenho em me fazer feliz mesmo quando a vida me fez triste. Você conseguiu trazer leveza, luz, cor e alegria ao meu mundo, muitas vezes pesado, sombrio, cinza e profundamente triste.

À querida amiga Radoika pelo ombro amigo, pelos cafés, pelas longas conversas e por toda ajuda na etapa de conclusão dessa dissertação.

À minha amiga, afilhada e madrinha Marina que me presenteia com sua amizade e carinho desde o início da graduação.

A minha querida amiga Aline Fernanda pelos 23 anos de amizade, carinho, amor e respeito.

À minha psicóloga Michelle Venturini por ter acompanhado e me auxiliado em minhas árduas batalhas pessoais ao longo de quase dois anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à Área de Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa da FFLCH-USP pela concessão da bolsa de mestrado que me possibilitou a realização desta pesquisa.

RESUMO

SOUZA, Yara Fruteiro Vieira de. **O favor: Uma ponte entre Brasil e Portugal Oitocentista.** 2016. 95f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Para o estudo de relações entre as literaturas brasileira e portuguesa durante o século XIX esta dissertação de mestrado buscará identificar e compreender o favor, como definido por Roberto Schwarz em *Ao Vencedor as Batatas,* no contexto luso-brasileiro e em algumas obras nas quais o favor ainda não foi objeto de análise. Para discutirmos as prefigurações do favor, escolhemos obras do Brasil, Portugal e França nas quais algo muito semelhante ao favor descrito por Schwarz na obra machadiana já pode ser observado. São elas: *O Filho do Pescador,* de Teixeira e Sousa; *A Mão do Finado,* de Alfredo Hogan e *Eugènie Grandet*, de Balzac. Já, para tentarmos entender um pouco mais do favor brasileiro e fazer relações com Portugal oitocentista, escolhemos uma obra de Machado de Assis e outra de Camilo Castelo Branco que foram publicadas em períodos muito próximos aos grandes sucessos dos autores. São elas *Iaiá Garcia* de Machado de Assis, publicada três anos antes de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *As Três Irmãs* de Camilo Castelo Branco, publicada no mesmo ano que *Amor de Perdição*. Esperamos que as semelhanças e diferenças encontradas nas descrições literárias das sociedades brasileira e portuguesa feita pelos autores nos possibilite evidenciar o favor como uma ponte que colaborou para o entendimento do romance nos países em questão.

Palavras-Chave: Machado de Assis, Camilo Castelo Branco, Balzac, Schwarz, favor.

ABSTRACT

SOUZA, Yara Fruteiro Vieira de. **O favor: Uma ponte entre Brasil e Portugal Oitocentista.** 2016. 95f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016

In order to study the relations between Brazilian and Portuguese literatures of the 19th century, this Master's thesis intends to identify and understand the favor, as defined by Roberto Schwarz in *Ao Vencedor as Batatas*, in Portuguese-Brazilian context and in some literary works in which the favor has not yet been object of analysis. To discuss the prefiguration of favor, we chose works from Brazil, Portugal and France in which something very similar to the favor described by Schwarz in Machado's work can already be observed. They are: *O Filho do Pescador,* by Teixeira e Sousa; *A Mão do Finado,* by Alfredo Hogan e *Eugènie Grandet*, by Balzac. To try to understand a little more of Brazilian favor and make relations with Portugal, we chose a work by Machado de Assis and another by Camilo Castelo Branco, which were published in periods very close to the great successes of the authors. They are *Iaiá Garcia* by Machado de Assis, published three years before *Memórias Póstumas de Brás Cubas* and As *Três Irmãs* by Camilo Castelo Branco, published in the same year as *Amor de Perdição*. We hope that the similarities and differences found in the literary descriptions of Brazilian and Portuguese societies made by the authors allow us to highlight the favor as a bridge that contributed to the understanding of the novel in the discussed countries.

Keywords: Machado de Assis, Camilo Castelo Branco, Balzac, Schwarz, favor.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10

2. Favor na história e na Literatura Oitocentista 15

2.1 uma Introdução – Portugal e Brasil 15

2.2 Prefigurações do favor na Literatura 18

2.3 Introdução ao contexto do favor Luso Brasileiro 45

3 O Favor em *Iaiá Garcia* 59

3.1 *Iaiá Garcia* na produção de Machado de Assis 59

3.2 Análise do Favor em *Iaiá Garcia* 59

4. O Favor em *As Três Irmãs* 83

4.1 As 3 Irmãs na produção de Camilo Castelo Branco 83

4.1 Análise do Favor em *As Três Irmãs* 84

4. CONSIDERAÇÔES FINAIS 90

5. BIBLIOGRAFIA 92

6.1 Corpus literário 92

6.2 Títulos teórico-críticos 92

1. INTRODUÇÃO

Uma das primeiras informações históricas que nós brasileiros recebemos é que o Brasil foi descoberto por Cabral em 1500, ou seja, mesmo sem nos atentarmos, construímos o nosso discurso histórico com base na expansão marítima portuguesa. Assim, nossa identidade começa a se formar além-mar e sob a sombra da matriz portuguesa.

Mais de trezentos anos de colonialismo fizeram com que Brasil e Portugal se constituíssem, mesmo que involuntariamente, de forma muito próxima.

Porém, após a Independência, como nos mostra o português Eduardo Lourenço “Os brasileiros, afirmando a sua identidade, afastaram-se de nós e ao mesmo tempo de si mesmos como sujeitos de uma história onde só como exceção – a de bandeirantes – se veem como atores do seu passado, que é igualmente nosso” (2011, p.171).

Dessa perspectiva, é como se os brasileiros vissem no apagamento da história compartilhada com Portugal, o caminho para se constituírem como nação. Porém, há laços que são indissolúveis. Estes podem até, num primeiro momento, ser ocultados, mas não apagados.

Se pensarmos na literatura do Brasil e de Portugal veremos que, além da Língua Portuguesa, muitos outros aspectos são pontes entre estas duas nações. Até mesmo onde, aparentemente, não há relações, é possível se surpreender.

Vamos pensar em Camilo Castelo Branco, por exemplo. Em algumas pesquisas realizadas em revistas Brasileiras de Literatura, pode-se constatar que a fortuna crítica sobre Camilo Castelo Branco contida nas mesmas é escassa e demasiadamente biografista. A obra de Camilo é constantemente vista como passional, opulenta de linguagem e reflexo das experiências pessoais do autor.

Ao tratar das novelas e personagens de Camilo o crítico brasileiro João Ribeiro (1921, p.424), por exemplo, afirma que as novelas do autor “não primam pela variedade de caracteres, reduzidos à meia dúzia de tipos mais ou menos

triviais” e que é “a linguagem de Camillo para nós a causa precípua de tamanhas e incontidas admirações”. Em suma, para Ribeiro, assim como para grande parte dos críticos de Camilo, o valor das obras deste autor está na beleza de expressão sem se considerar a matéria histórico-social que compunha o enredo das mesmas.

Diante dessa visão crítica largamente difundida sobre Camilo, mencioná-lo juntamente a Machado de Assis pode ser, para muitos, tocar em pontos antagônicos da Literatura. Enquanto o primeiro é admirado por sua invejável construção morfossintática e seus enredos de amor, morte e traição, o segundo é consagrado por seu estilo inovador, a complexidade psicológica de seus personagens e por sua profunda observação da sociedade do séc. XIX.

Desta forma, o que poderia haver em comum entre estes dois escritores além do fato de terem produzido suas obras no mesmo tempo histórico?

Após uma leitura reflexiva de algumas das inúmeras obras de Camilo percebeu-se que, por trás dos aparentemente simples enredos de amor, há um olhar crítico sobre a sociedade portuguesa. Pode-se constatar que, mais do que o retrato de indivíduos, as personagens de Camilo são construções históricas e ficcionais, ou seja, são tipos sociais observados pelo autor na sociedade portuguesa e trabalhados estilisticamente no romance. Estas personagens não pertencem somente à nobreza ou a classe mais elevada da burguesia, mas também à base da pirâmide social. O interessante neste ponto é destacar que Camilo, além de observar como estas diferentes classes sociais se relacionam, detecta uma estrutura que muito se assemelha à estrutura social observada por Roberto Schwarz em obras como as do brasileiro Machado de Assis.

Assim, Camilo Castelo Branco e Machado de Assis podem ser aproximados não apenas por serem grandes escritores oitocentistas, mas também por ambos expressarem em suas obras um mecanismo estrutural comum às sociedades Portuguesa e Brasileira: o favor.

Nota-se que o favor analisado por Schwarz, por ser um processo histórico social ambientado no Brasil, não é idêntico ao “favor português”. Este possui especificidades que pretendemos analisar e estudar com maior profundidade. São estas particularidades características da sociedade portuguesa que nos permitem

caminhar em sentido contrário à abundante crítica literária que entende Camilo como um escritor adequado às normas da Língua Portuguesa, mas alheio ao contexto histórico social ao qual pertencia.

Segundo Roberto Schwarz (1988, p.16) o favor é a forma de dependência de uma parcela da sociedade formada por indivíduos que como não são

> nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm.

Este mecanismo do favor, como descrito e estudado por Schwarz em algumas obras de Machado como a *Mão e a Luva*, *Ressurreição* e *Iaiá Garcia*, está presente, com suas especificidades, em obras de Camilo Castelo Branco, como *Eusébio Macário*, *A Corja, Amor de Perdição, Amor de Salvação* e *As Três Irmãs*.

Já nas primeiras páginas de *Amor de Perdição*, por exemplo, a relação entre proprietários e não proprietários é mencionada na relação de dependência que o bacharel flautista Domingos Botelho tinha com a rainha D. Maria I. Esta, por simpatizar com o rapaz, fornecia a ele o acesso ao paço, bem como uma farta pensão. Assim, graças ao favor de “um grande”, Domingos tinha acesso à vida social e aos bens materiais dos quais a maioria da população estava excluída. Mais tarde, já como corregedor, Domingos Botelho, detentor de prestígio político e social, é quem favorece com a liberdade o pobre ferreiro João da Cruz. Este, que teve acesso ao convívio social novamente graças ao favor de Domingos Botelho, sente-se em dívida com o corregedor. Busca, assim, demonstrar sua gratidão auxiliando o filho do corregedor, Simão Botelho, em sua aventura amorosa com Teresa.

Das relações de favor estabelecidas entre personagens detentores de poder político e econômico com personagens inferiores nesses quesitos, Camilo Castelo Branco desencadeia o enredo de amor e sofrimento que constitui *Amor de Perdição.*

Porém, apesar de se verificar a ocorrência do favor no enredo citado, é importante ressaltar sua peculiaridade em relação à descrita e analisada por Schwarz nas obras de Machado. Ao dividir a sociedade brasileira oitocentista em

classes de escravos, homens livres e senhores Schwarz observa que os homens livres são os que geralmente recebem favores dos senhores. Há também momentos, em menor escala, que há favores entre os homens livres e seus pares. Já na sociedade portuguesa observada por Camilo, o favor se dá entre um chefe de Estado e um homem da classe intermediária e, majoritariamente, entre os membros da burguesia incipiente. Esse fato aponta para uma sociedade com uma aristocracia mais aberta e com maior mobilidade social, como descreve Sérgio Buarque de Holanda *(2013, p.35)* ao tratar de Portugal em *Raízes do Brasil.*

Partindo-se deste pressuposto, o livro em questão merece ser visto não somente como uma história de amor. É também uma forma de detecção e discussão das estruturas sociais atuantes no Portugal oitocentista, tais como a estrutura do favor.

Assim, o relacionamento social baseado no favor pode ser entendido como parte da realidade social comum aos dois países e transformada em arte literária por Camilo e Machado, principalmente quando se considera a "arte, e, portanto a literatura, uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos". (CÂNDIDO, 2011, p. 63)

Para isso é necessário ressaltar alguns aspectos importantes das sociedades portuguesa e brasileira no século XIX e delimitar um corpus literário através do qual a dependência social possa ser claramente observada e discutida. Para discutirmos as prefigurações do favor, escolhemos obras de Brasil, Portugal e França onde algo muito semelhante ao favor descrito por Schwarz já pode ser observado. São elas: *O Filho do Pescador*, de Teixeira e Sousa; *A Mão do Finado*, de Alfredo Hogan e *Eugènie Grandet*, de Balzac. Já, para tentar entender um pouco mais do favor brasileiro e fazer relações com Portugal oitocentista, escolhemos uma obra de Machado de Assis e outra de Camilo Castelo Branco que foram publicadas em períodos muito próximos aos grandes sucessos dos autores. São elas I*aiá Garcia* de Machado de Assis, publicada três anos antes de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *As Três Irmãs* de Camilo Castelo Branco, publicada no mesmo ano que *Amor de Perdição*.

No primeiro capítulo dessa dissertação, “O Favor na História e na Literatura Oitocentista”, buscaremos contextualizar as relações de favor luso-brasileiras em suas fontes históricas e literárias. Para isso, dividiremos o capítulo em três partes. Na primeira, “Introdução – Portugal e Brasil”, discutiremos brevemente a construção de identidade do Brasil e de Portugal do início da colonização até os oitocentos. Na segunda parte, “Prefigurações do favor na Literatura”, analisaremos o favor no Brasil e Portugal oitocentista, anterior à Machado e Camilo, em *O Filho do pescador* e *A mão do finado.* Ainda neste subcapitulo, através da análise de *Eugènie Grandet* buscaremos discutir a possibilidade da existência do favor na França, considerada a principal fonte de importação da forma do romance para a literatura luso-brasileira. Finalizaremos esse capítulo com uma análise de algumas cartas entre o brasileiro Machado de Assis e os portugueses Miguel e Joana de Novais nas quais o favor também poderá ser observado como uma prática comum e normatizada entre portugueses e brasileiros.

No Capítulo 2, “O Favor em *Iaiá Garcia”,* pretendemos, inicialmente, demonstrar que, *Iaiá Garcia*, apesar de considerada uma obra pertencente ao Romantismo Brasileiro, já apresenta traços que evidenciam o teor da obra Realista de Machado. O favor é um desses traços. Assim, buscaremos nos aprofundar na análise de *Iaiá Garcia* feita por Roberto Schwarz em *Ao Vencedor as Batatas*, para que, ao final deste capítulo, possamos acrescentar à analise de Schwarz alguns aspectos que julgamos pertinentes e interessantes para o estudo do favor.

No último capítulo, o foco será o livro *As Três Irmãs*. Pretendemos demonstrar que, apesar de desvalorizado pela crítica camiliana, tal livro pode nos revelar aspectos importantes da sociedade portuguesa que servirão de matéria literária a Camilo Castelo Branco.

Através das análises e discussões realizadas, esperamos conseguir demonstrar que o favor pode entendido como uma ponte entre as literaturas do Brasil e de Portugal oitocentista.

2. FAVOR NA HISTÓRIA E NA LITERATURA OITOCENTISTA

2.1 uma Introdução – Portugal e Brasil

Desde que a esquadra de Cabral aportou em terras brasileiras, Portugal e Brasil tiveram seus caminhos entrelaçados de maneira singular. A partir de meados do século XVI os recursos provenientes da colônia brasileira começavam a ganhar importância significativa e crescente na economia portuguesa.

Porém, como nos explica Boris Fausto (2010, p. 27), apesar de serem vanguardistas da expansão marítima europeia, os portugueses não tinham os meios de monopolizar seu comércio colonial. A Holanda, onde estavam situadas as grandes praças comerciais da época, tornou-se, assim, o grande parceiro comercial de Portugal. Transportava sal e vinho portugueses e o açúcar brasileiro e, em troca, fornecia produtos manufaturados".

Tal relação desigual continuou nos séculos seguintes através da parceria que Portugal estabeleceu com uma das novas potencias emergentes, a Inglaterra.

Sem acompanhar a onda capitalista que crescia e se desenvolvia, Portugal; que era o grande pioneiro da expansão marítima europeia, capaz de manter um eficiente comércio triangular entre Europa, América e África e de agir como potência colonial soberana ao utilizar-se de força e violência para manter suas colônias; tornou-se, gradativamente, um país dependente das novas potencias europeias para se inserir no sistema econômico vigente e, dependente também, dos recursos provenientes de suas colônias brasileira e africanas.

Assim, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2003, p.25), a condição semiperiférica da matriz Portuguesa gera um problema de identidade a esta nação que ao mesmo tempo em que é colonizador do Brasil é uma espécie de colônia do capitalismo britânico. Além disso, como indicamos acima e argumenta Fernando Arenas, "(…) already before its independence, Brazilian economic output and natural resource base was far greater than that of the metropole, therefore creating a

relation of economic dependence of the mother country vis-à-vis the former colony.”. (2009, p.6)

Em 1808, Portugal, diferentemente das outras potências coloniais oitocentistas, transfere sua capital da metrópole para a colônia. O Rio de Janeiro passa a ser, então o centro do império português.

Essa ambiguidade de Portugal, que ora se coloca como potência colonizadora e ora assume um papel de colonizado em condição intermediária e semiperiférica, singulariza a relação entre Brasil e Portugal, já que faz com que os personagens dessa batalha se confundam em suas identidades e tornem o embate entre colônia e metrópole praticamente impossível de se concretizar. Como verificaremos mais adiante, o mesmo ocorre nas relações sociais. Há um mascaramento das desigualdades que também impossibilita a luta direta de classes.

Já no século XIX, mesmo com a Independência política do Brasil em relação a Portugal, os laços que ataram as duas nações e fundiram suas identidades se mantiveram. Como observou Arenas (2009, p.6), a Independência do Brasil foi proclamada por um português que se manteve no trono. Além disso, a manutenção do modelo colonial alicerçado no latifúndio, escravismo e agro exportação deixaram claro que tanto as elites luso-brasileira como a portuguesa pensavam da mesma maneira. Em relação à presença de portugueses no Brasil também nada mudou: até meados do séc. XX o Brasil continuaria a ser o principal destino dos portugueses que buscavam escapar do mecanismo rural de seu país e ansiavam por melhores condições de vida.

Mesmo assim, a Independência impõe ao Brasil do século XIX

> (...) a remodelação de uma imagem que, sendo essencialmente a sua, crioula, ex-portuguesa na sua raiz linguística, nas suas leis, nos seus processos administrativos, nos seus cânones eclesiásticos, nas suas referências culturais e artísticas, com a adjunção capital africana, continha esse nexo de dependência metropolitana na ordem “exterior” e essa “sombra” da escravidão na ordem externa.” (LOURENÇO, 2001, p. 139).

Era preciso assim, esconder os laços que uniram Brasil a Portugal já que eles remetiam a um passado que a ex-colônia queria apagar de sua história. O Brasil se dedicou com afinco, a partir de meados dos anos oitocentos e por todo o século XX, a construir sua identidade independente de Portugal esquecendo-se que, como se constituiu uma nação juntamente com os portugueses, ignorá-los nos seus papéis de colonizador e colonizado seria criar uma ficção ao invés de escrever sua história. Ficção esta que mantinha o *status quo*, ou seja, os portugueses no centro do poder político e econômico do Brasil.

Nos oitocentos, mesmo que de forma tardia em relação aos grandes centros europeus e com ideias de universalidade que disfarçam os antagonismos de classe, o liberalismo firma-se definitivamente em Portugal. Com isso, enquanto o clero e a nobreza têm seus rendimentos bastante afetados, a burguesia projeta-se como grande detentora do poder econômico. Observa-se uma mercantilização da economia e a expansão da classe média. No plano cultural, o Romantismo, já no início do século busca dar voz aos valores individuais burgueses e às transformações sociais.

Neste período, o Brasil também é marcado por profundas transformações. Com a transferência da sede do governo português para o Rio de Janeiro e, posteriormente com a Proclamação da Independência, há um forte investimento em infraestrutura que moderniza o país. Porém esta modernização é tida como conservadora por manter no trono um rei Português, não alterar a estrutura social de poder e manter uma economia agrária exportadora, latifundiária e escravocrata. O Romantismo brasileiro busca, assim, dar conta da formação de uma nacionalidade no plano estético ao mesmo tempo em que precisa lidar com os antagonismos sobre os quais está estabelecida a identidade nacional.

Vejamos no próximo capitulo como as ambiguidades que constituem Brasil e Portugal aparecem nas obras do período de formação do Romance Português e Brasileiro.

2.2 Prefigurações do favor na Literatura

O favor em *A Mão do Finado* e *O Filho do Pescador:* Prefigurações do Favor no Brasil e em Portugal

No século XVIII, com a ascensão da burguesia e do capitalismo na Europa, há uma redefinição do papel do artista. Este, que vivia do mecenato, passa a depender do mercado consumidor para angariar seu sustento. É neste momento, então, que o público torna-se fundamental para a existência do artista.

Da conjunção entre burguesia e capitalismo, o romance, obra de arte que pode ser reproduzida tecnicamente, tem nos oitocentos um cenário bem favorável para se firmar e expandir. O mercado europeu, já neste momento, ganhava o mundo e fazia com que a literatura produzida na Inglaterra e na França circulasse por todos os lugares.

Assim, tanto em Portugal, quanto no Brasil, o romance penetrou antes mesmo da existência de romancistas em tais países. Os leitores portugueses e brasileiros foram formados através da leitura de traduções dos romances ingleses, e, principalmente, franceses.

Em meados dos oitocentos, ser escritor em Portugal ou no Brasil significava concorrer com as publicações vindas majoritariamente de Paris, isto é, era preciso agradar o público acostumado a ler os romances franceses e produzir algo novo para vencer a concorrência.

Assim “no pequeno mercado português ou brasileiro era necessário oferecer aos leitores tramas interessantes como as francesas, mas, ao mesmo tempo, suficientemente próximas das experiências cotidianas de brasileiros e portugueses” (OLIVEIRA, 2008, p. 173)

Enquanto na Europa, protestante ou laica, estavam em voga a meritocracia e as relações intermediadas pelo dinheiro, Brasil e Portugal, países ligados por longos

anos de colonialismo, encontravam-se na periferia da globalização. Católicos e ainda engatinhando no capitalismo, as sociedades brasileira e portuguesa tinham em comum o mecanismo do favor que, muitas vezes estava baseado em valores cristãos como uma forma característica de se relacionarem.

Estar próximo da experiência cotidiana, no caso do Brasil e de Portugal, era assim, além de propagar os valores católicos, estar habituado à cultura do favor. Esta fornecia aos escritores brasileiros e portugueses do século XIX um leque de possibilidades originais muito interessantes para a composição dos romances em língua portuguesa. Na segunda metade do século XIX, Machado de Assis[1], no Brasil, e Camilo Castelo Branco, em Portugal serão mestres nesses meandros.

Porém, em romances anteriores escritos em Língua Portuguesa, a presença do favor pode ser detectada de uma forma muito peculiar, já que sob a máscara da caridade cristã escondia o atraso português em relação ao restante da Europa e também o atraso brasileiro. Este se apresentava não apenas em relação à Europa, mas também em comparação às ex-colônias americanas, como os Estados Unidos, por exemplo. Veremos como o português Alfredo Hogan e o brasileiro Teixeira e Sousa, em seus respectivos livros *A Mão do Finado* e *O Filho do Pescador,* forneceram aos leitores em Língua Portuguesa aquilo que fazia parte das sociedades nas quais estavam inseridos. Ou seja, buscaremos analisar e comparar como a realidade portuguesa e a brasileira, bem como suas especificidades, foram apresentadas através do favor português e brasileiro por Hogan e Sousa e puderam, assim, concorrer com as traduções no mercado consumidor de livros em português.

[1] É importante ressaltar que, por ser um aspecto social ambientado no Brasil, o favor estudado por Roberto Schwarz em *Ao Vencedor as Batatas* ganha especificidades em relação ao "favor português". Porém, ambos se assemelham por retratarem o acesso ao mundo material através do favor pessoal.

O Favor em *A Mão do Finado*

Lançado na França e em Portugal em 1853, a *Mão do Finado* do português Alfredo Hogan, foi escrito como a continuação do *Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas. Assim, em muitos lugares, o livro português mais traduzido na Europa ao longo do século XIX, é atribuído a Dumas. A edição utilizada para a elaboração deste texto, por exemplo, é uma das inúmeras que foram atribuídas ao autor francês.

Supõe-se assim que, como estratégia para vender o livro de Hogan, o famoso nome de Alexandre Dumas foi utilizado pelo mercado editorial da época.

Porém, ao compararmos *O Conde de Monte Cristo* com a *Mão do Finado*, não é difícil perceber que tais livros refletem valores sociais bastante diferentes. Enquanto o primeiro nos remete a um mundo laico, totalmente movido pelo dinheiro e pelas relações pessoais, o segundo está alicerçado nos valores católicos e, até as relações de favor são, muitas vezes, justificadas por valores cristãos.

Com o propósito de evidenciar, por sua peculiaridade, o tipo de favor que remete aos valores cristãos, vejamos alguns exemplos.

Já no início do livro, quando Benedito conta a história de seu nascimento ao magistrado podemos notar a presença do favor. Bertuccio, bandido que tinha roubado e apunhalado Villefort, ao notar que o cofre que pegara possuía uma criança ao invés de um tesouro, reanimou o recém-nascido e o entregou ao hospício da Caridade bradando: “Meu Deus, pago a minha dívida; destruí uma vida, mas reanimei outra” (MF, p. 26).

Assim, Benedito é salvo pelos valores supostamente cristãos de Bertuccio. O bandido, para compensar a vida que achava ter tirado de Villefort, salvou a vida da criança e, desta forma, achou-se quite com Deus.

O discurso cristão também é utilizado como argumento pela baronesa Danglars. Quando ela procura Beauchamp para pedir por seu filho Benedito e é

aconselhada a sair da França para impedir um escândalo, a senhora usa de argumentos religiosos para fazer sua apelação:

“(...) Deixarei a França... partirei, mas pelo amor de Deus... se para vós existe um Deus sem ser a lei dos homens que vos escreve as palavras e ações... Salvai o meu filho!”. (MF, p.38)

Em seguida, a baronesa enviou carta ao procurador régio pedindo que entregasse a Benedito um bilhete e notas do banco no valor de 60 mil francos. A mulher não revelava ser mãe de Benedito, porém, como sabia que o procurador leria o bilhete antes de entregar ao réu, Danglars utilizou-se mais uma vez do discurso religioso para obter o favor que desejava:

“(...) Não sei qual será o vosso destino, todavia tudo espero de Deus e tende fé na sua infinita bondade (...) longe de ser uma esmola humilhante, que se vos oferece, é uma dádiva, a qual o dever obriga uma pessoa, a quem sois caro.” (MF, p. 42)

O magistrando, mesmo em dúvidas, entregou o bilhete e o dinheiro a Benedito sem lhe revelar a origem. Porém, não perdeu a oportunidade de propagar a importância do valor cristão da humildade:

“(...) Não vos deixeis possuir de exaltação, e agradecendo com humildade o auxílio que o céu parece enviar-vos, comportai-vos de modo que mereçais a sua proteção até o fim da vossa existência”. (MF, p. 50).

Movida pelo sentimento de culpa, a baronesa solicitou ao magistrado que entregasse o dinheiro a Benedito. Já Beauchamp, movido pela piedade, ignorou seus deveres de magistrado e forneceu o dinheiro ao réu. Este, em poder do dinheiro, pode jogar com todas as fraquezas humanas para obter sua tão almejada vingança. Assim, conseguiu sair da prisão e dar início a seu plano de destruir o conde de Monte Cristo.

Durante sua trajetória de crimes, Benedito se depara com a baronesa Danglars. Ao perceber que seria roubada por ele, a mulher revela-lhe que foi ela quem o favoreceu com os 60 mil francos esperando, assim, obter a benevolência de

Benedito. O bandido, porém, não possuía até aquele momento, nenhum tipo de moral religiosa.

> Sem importar conhecer o motivo que vos obrigou a uma semelhante dádiva anônima, acredito que o fizeste antes por um capricho, do que por caridade, e estou disposto a retribuir-vos aquele dinheiro como se paga uma dívida" (MF, p.20)

Benedito roubou, então, toda fortuna da baronesa deixando a ela apenas 60 mil francos. Assim, não devia mais nenhum tipo de favor à senhora Danglars. Sem ter a possibilidade de viver de rendas, como planejava, e, decepcionada com a atitude de Benedito, a Baronesa vai para um convento.

Percebemos que, viver sem trabalhar era algo muito comum para alguns membros da sociedade descrita por Hogan. Primeiramente tentava-se viver de rendas ou de favor. O trabalho, considerado menos digno pela aristocracia decadente, era sempre o último recurso para a obtenção dos meios de subsistência.

Tal fato pode ser exemplificado também através do momento que Benedito rouba o barão Danglars. Este fica inconformado por não ter enxergado quem o bandido realmente era. Porém, Benedito explica que a "cegueira" do barão era proveniente dos seus vícios, ou seja, viver confortavelmente na dependência sem considerar os valores morais de seu provedor:

"(...) logo que eu vos fiz experimentar (...) viver sem trabalhar, tivestes a fraqueza natural de desculpar as minhas pequenas faltas (...). Tiveste aquela fraqueza porque a vossa consciência nunca esteve pura". (MF, p. 152).

Em seguida, Benedito afirma ser um homem "sem nome, sem família, sem Deus, sem religião, sem pátria e sem amigos". (MF, p. 26)

Porém, após presenciar a terrível tempestade em alto mar, Benedito muda completamente:

> – Deus(...) reconheço o poder sem limites da tua vontade (...) Eu nunca tinha presenciado este espetáculo terrível e belo (...) Perdoa-me portanto se eu neguei a existência do teu ser espiritual. (...) se tu não condenas o homem, a quem persigo, se ele merece a tua proteção (...) despedaça e a aniquila aqui para sempre, este lenho frágil (...) Ah! Porém estes raios de fogo (...) parecem respeitar-me! Eu sou portanto o eleito terrível da tua vontade justa (...) (MF, p.179)

Assim, de ateu Benedito passa a acreditar-se o eleito por Deus para punir o Conde de Monte Cristo. Passa a agir, então, baseado nos valores cristãos.

Ao ouvir um pedido de socorro, Benedito, que até aquele momento só agia visando o próprio favorecimento, se lança ao mar acompanhado de Pepino e salva, caridosamente, Alberto do naufrágio.

Em seguida, vemos que, na lógica cristã da prática do favor, a oração é adotada como uma poderosa moeda de troca. Quando Benedito partiu, Mercês, mãe de Alberto, pediu piedade em favor do pecador. Acreditava, através de Deus, pagar a dívida que tinham com Benedito.

> (...) Mercês orava ainda prostrada aos pés do crucifixo, e as suas palavras suaves imploravam a clemência do céu, para o salvador do seu filho. (...) - Meu filho, nosso dever está cumprido para com aquele estrangeiro, que tão generosamente salvou os teus dias: restamos-lhe só uma eterna gratidão. (MF, p. 17)

Mais tarde, Benedito, baseado na caridade, beneficia Alberto novamente. Ele provém recursos para que o amigo pudesse garantir seu sustento, bem como o de sua mãe:

> Alberto tendo recebido pela mão do mesmo padre que já tinha sido o interprete da vontade de Benedito, a doação que este lhe fazia; empregou esse capital em estabelecer-se no comércio que desde muito tempo lhe inspirava vivos desejos. (MF, p. 206)

O festim que é dado aos pobres também é uma oportunidade de enaltecer os valores cristãos e nos serve aqui como um bom exemplo do favor sob a máscara do cristianismo:

> As senhoras das melhores famílias de Veneza, tendo antecipadamente reunido em sessão secreta, haviam deliberado que, para engrandecimento daquele ato de verdadeira caridade cristã, elas ofereceriam a Deus o de completa humildade, indo elas para esse fim rodear a mesa do banquete, e servir os pobres, enquanto eles comessem. (MF, p. 197)

Em uma sociedade na qual os pobres só tinham acesso à alguns benefícios materiais através do favor, a caridade cristã era uma máscara bastante conveniente para esconder as desigualdades.

Além dos exemplos apresentados, outro aspecto do livro é merecedor de nossa atenção. Hogan ao transformar o poder laico do Conde no poder mágico e divino de Benedito consegue conquistar os leitores católicos, já que entrega-lhes uma leitura edificante e religiosa. Porém, nas entrelinhas, o autor mostra que o destino não é traçado por Deus, mas sim pelo próprio homem. Assim, se ao final do enredo assistimos à queda do conde, ela foi resultado das ações do próprio Edmundo. Este, ao fugir da sua ética de vingança e restituir o dinheiro aos órfãos e viúvas, evitou a ruína do banco e também o empobrecimento da baronesa Danglars. Ainda rica, ela pode fornecer o dinheiro ao seu filho Benedito e, desta forma, possibilitar a vingança. O conde, deste ponto de vista[2], foi autor de sua própria queda.

O estilo de Hogan de entregar ao público o que ele almejava e deixar a sua interpretação de mundo para as entrelinhas é uma prefiguração do que fará, habilmente, Camilo Castelo Branco.

---

[2] Interpretação apresentada na aula de pós-graduação do curso sobre Ascensão do Romance do dia 10/05/2014 pelo prof. Dr. Paulo Motta Oliveira. A análise do romance será publicada em num capítulo ainda no prelo de livro organizado por Artur Emílio Alarcon Vaz.

O Favor em *O Filho do Pescador*

Publicado no Brasil em 1843, este livro de Teixeira e Sousa, ao longo dos anos, recebeu várias críticas desfavoráveis. Não há dúvidas que tal romance possua algumas incoerências, como um pescador rico ou personagens que surgem do nada para integrarem a narrativa.

Porém, algumas falhas do livro são reveladoras de um momento no qual um escritor brasileiro percebeu os mecanismos de funcionamento do folhetim francês e tentou escrever um romance nacional através da importação dessa forma francesa. *O Filho do Pescador* é um livro sem antecedentes nacionais que construiu uma história ambientada no Rio de Janeiro patriarcal, católico e escravocrata utilizando-se de um modelo originado no mundo capitalista e laico. Assim, as incoerências apontam para os problemas de aclimatação do romance no Brasil, um país ainda na periferia do capitalismo no qual o favor, e não o trabalho, normatizava as relações sociais.

Já no início do livro o autor nos descreve uma família composta por um pai, seu filho e acrescenta que “uma mulher resgatada a um naufrágio era hóspede desta boa família”. (FP, p.18)

Augusto, o filho do pescador, se apaixona pela agregada, Laura, e casa-se com ela. Porém, antes de casamento deixa claro que não quer que ela aceite a proposta de casamento apenas por gratidão:

- “Não é a tua complacência, nem um amor filho da tua gratidão; que hoje te suplico, é um amor puro, livre e independente de qualquer ideia de agradecimento; um amor como este em que me abraso”. (FP, p.16)

Essa fala nos revela o papel da mulher em uma sociedade patriarcal, como a brasileira. Sem acesso ao mundo do trabalho, casar-se com Augusto era a forma que Laura tinha de retribuir os favores prestados por ele e ainda assegurar seu sustento.

Outro aspecto importante que nos é apresentado no livro de Teixeira e Sousa é a escravidão. Porém, é interessante notar como a religião é utilizada para mascarar esse tipo de relação violenta. Quando o escravo João salva Augusto do incêndio, o autor não apresenta somente um escravo que, submisso e dependente do seu senhor, arrisca a vida para salvá-lo:

> ... a parede desaba enfim com ruidoso estrondo! E esta mesma parede, que parecia destinada pelo gênio das ruínas para perder a João, e a seu senhor, é a mesma de que uma poderosa mão se serve para conservar-lhes a vida! A parede pois caindo sobre as chamas as abafa por um momento! Será isto um feito milagroso, ou um feito natural? Será isto acaso ou providência? Seria a mão do homem quem ateou essas chamas, e derribou essa parede, ou a mão de Deus?. (FP, p.60)

Assim temos a descrição de um milagre, ou seja, o escravo que servia ao seu senhor era, nas palavras de Teixeira e Sousa, um instrumento de Deus para que a vida de Augusto fosse salva. O trabalho compulsório estava, desta forma, mascarado pelos valores religiosos.

Em uma sociedade dividida[3] em classes de escravos, homens livres e senhores, Schwarz observa que os homens livres são os que geralmente recebem favores dos senhores. Há momentos, em menor escala, que os favores ocorrem entre os homens livres e seus pares. Nosso próximo exemplo evidencia como o catolicismo mascarava as relações de favor também entre homens livres:

> (...) Sérgio (...) vindo à cidade com seu filho, então de seis anos, o deixou na casa de Synval, de quem era íntimo amigo (...) nessa ocasião que Synval foi o padrinho no crisma de Emiliano (...) Por este tempo, fez Sérgio uma viagem a Minas Gerais, donde nunca mais voltou ...(FP, p.232)

No catolicismo, além de ajudar seu afilhado a trilhar o caminho da fé, o padrinho assume também o lugar de segundo pai. Assim, na falta do pai biológico o padrinho é o responsável pelo sustento e educação do seu afilhado.

---

[3] Divisão estabelecida por Roberto Schwarz em *Ao vencedor as Batatas*

Na relação entre o caçador e o Dr. Synval o apadrinhamento católico esconde que na sociedade brasileira dos oitocentos não havia alternativa para Emiliano, que não era proprietário nem escravo, a não ser manter-se como agregado na casa de algum protetor. Assim, é o padrinho quem possibilita ao seu afilhado o acesso à vida material. É através do favor que Emiliano pode, até mesmo, viajar à Europa.

Outro momento peculiar que nos possibilita visualizar a prática do favor ocorre quando Synval salva Augusto da morte por envenenamento. O médico relata como obteve a ajuda do sacristão:

> “Por felicidade o sacristão dessa igreja não era só meu conhecido, como me era assaz obrigado. Chamei-o, e exigindo dele um juramento sagrado, comuniquei-lhe o que havia, invocando o seu socorro em favor do suposto morto.” (FP, p.209)

Percebemos que o pretendido auxílio foi obtido porque o sacristão, além de amigo, devia favores a Synval. Neste ponto, é interessante notar que, o único personagem do livro envolvido diretamente com a da igreja católica, agiu baseado no interesse e não por caridade, como era de se esperar. Tal exemplo nos leva a pensar, mais uma vez que, a moral cristã, nesta sociedade, era utilizada como máscara para as relações de favor.

Além dos exemplos de favor apresentados, outro aspecto que nos chama a atenção no livro em questão é ele ter por título um personagem masculino, mas apresentar, de fato, a história de uma personagem feminina, Laura. Esta é a iniciadora de uma tradição da Literatura Brasileira: mulheres que fogem da norma, como Aurélia ou Capitu.

Semelhanças e Peculiaridades

Ao compararmos *A Mão do Finado* e *O Filho do Pescador*, além da nítida influência dos folhetins franceses, temos as relações de favor como um fator comum aos dois livros. Além disso, notamos que tanto no Brasil, quanto em Portugal a religião era uma máscara utilizada para disfarçar as desigualdades sociais que levavam à normatização das relações de favor.

Essa semelhança social evidenciada através da Literatura nos mostra que os dois países, unidos por muitos anos de colonialismo, eram consideradas nações periféricas em relação aos centros europeus. Portugal por sua grande dependência do modelo colonial, que era um entrave ao seu desenvolvimento capitalista, e o Brasil por sua dependência econômica e cultural.

Porém, apesar de semelhantes, verificamos que nos livros em questão o favor não ocorre de maneira idêntica.

Através da figura do barão Danglars, por exemplo, Hogan faz uma crítica ao favor. O autor português mostra que a queda do barão ocorreu por ele abandonar seu trabalho e almejar viver na riqueza através dos favores de Benedito.

A obtenção de riqueza através do favor também é criticada nas figuras de Valentina e Maximiliano. Estes, que tinham obtido riquezas graças ao favor do Conde de Monte Cristo, ao julgarem que o conde tinha lhes fornecido riquezas em detrimento dos pobres, resolvem viver humildemente, seguindo os valores cristãos.

> Façamos pois a esse Deus um voto de humildade, abandonando para sempre o luxo bárbaro, que o conde de Monte Cristo nos quis fazer partilhar! Vivamos do nosso trabalho, sejamos felizes na mediocridade, e voltemos à miséria e a pobreza (FP p.130)

Vemos que a religião, ao mesmo tempo em que serve para mascarar a prática do favor através da caridade, é utilizada também para criticar a dependência e pregar a necessidade do trabalho. Assim, o catolicismo em Portugal é um valor tão

forte que serve tanto aos ideais do antigo regime como ao liberalismo. Podemos perceber que esse país, apesar de estar passando por um momento de profundas transformações, mantinha a unidade religiosa.

Já em *O Filho do Pescador*, o mundo do trabalho praticamente não existe. Assim, a única possibilidade de acesso ao mundo material é o favor. Além disso, no romance brasileiro, temos a presença da figura do escravo. Através dela podemos perceber que o catolicismo, no Brasil, era uma herança colonial utilizada para mascarar a falta de mobilidade social em uma economia escravocrata. Porém, tal religião ainda estava longe de servir aos ideais liberais, já que no Brasil daquele período a ascensão social por mérito ainda era uma utopia.

Em relação ao catolicismo vale ressaltar, também que, apesar de ser a religião oficial do império brasileiro, ao conviver com outras religiões, ela estava longe de ter a força e a expressividade que tinha em Portugal.

O relacionamento social baseado no favor retratado nas Literaturas Portuguesa e Brasileira é parte da realidade social comum aos dois países. Porém, quando estudado em suas especificidades, o favor, é também o fator que os distingue.

Em Portugal tem-se o favor como um dos possíveis resultados de um país que tentava se aburguesar sem um real enfraquecimento da nobreza. Assim, buscar o topo da pirâmide social não era simplesmente uma questão meritocrática. A escalada passava pelos favores da classe dominante, ou seja, da nobreza portuguesa.

Já no Brasil, o favor é o mecanismo pelo qual os indivíduos que não são senhores nem escravos tentam obter acesso ao mundo material. Isto é, a escravidão, como a principal forma de trabalho em território brasileiro, revela-se como uma das condições determinantes à existência do favor.

Ao utilizarem a forma francesa do romance e conseguirem abarcar peculiaridades nacionais, como o favor, o português Hogan e o brasileiro Teixeira e Sousa, mesmo com algumas falhas, entregaram a seus leitores uma literatura inovadora. Puderam, desta forma, concorrer com as traduções e disputarem a preferência dos leitores de Língua Portuguesa.

Porém, ao sabermos da profunda influência que o Romance francês teve na formação dos romances portugueses e brasileiros, cabe-nos uma breve investigação da possibilidade da existência do favor na Literatura francesa.

Para isso, escolhemos Balzac, um dos grandes escritores da França Oitocentista, com sua *Eugénie Grandet*, obra anterior ao *Filho do Pescador* e à *Mão do Finado* e que através de uma história de ascensão social pode nos revelar alguns aspectos peculiares sobre nosso objeto de pesquisa em um território já ligado de forma estreita ao advento do capitalismo.

Eugénie Grandet: Prefigurações do favor na França

> A criada doméstica (...) mantinha uma relação com o empregador maior que a de meramente receber um salário, pois era uma ligação muito mais pessoal, e de fato, de forma prática, de dependência. (...) tudo nela simbolizava uma relação de poder e sujeição. Isso não excluía relações pessoais próximas, ainda que desiguais, às que havia nas sociedades escravas.
>
> Eric J. Hobsbawm
>
> *A Era do Capital*

Publicado em 1833, *Eugénie Grande*t nos mostra muito mais do que a trajetória da herdeira de um grande avarento originário da burguesia pós revolução francesa.

Como nos esclarece Hobsbawm, (1977, p.320) “eram três as possibilidades abertas aos pobres que se encontravam à margem da sociedade burguesa (...). Eles poderiam lutar para se tornarem burgueses, poderiam permitir que fossem oprimidos ou então poderiam se rebelar.” Teremos claros exemplos do primeiro e segundo casos em *Eugénie Grandet*.

Através de tal obra, Balzac possibilita ao leitor a observação dessa sociedade na qual o acesso aos bens materiais nem sempre se dava exclusivamente através do trabalho. Este, por sua vez, era constantemente confundido com a servidão.

No suposto mundo da liberdade, igualdade e fraternidade, quando se estava às margens do sistema onde imperava o capital e a meritocracia, contar com o auxílio dos mais abastados era, muitas vezes, a única possibilidade de se cruzar a ponte que separava a miséria da riqueza.

Assim, através de um mecanismo muito semelhante ao do favor, como o descrito por Schwarz[4] nas obras de Machado de Assis, homens como o Sr. Grandet e seu sobrinho Charles conseguem driblar a mediocridade e a falência para que,

---

[4] Para uma exposição mais completa do assunto, ver o cap. I de *Ao Vencedor as Batatas*, “ As ideias fora do lugar”

posteriormente tenham a possibilidade de alcançar o mundo do dinheiro e do poder. Analisaremos, sucintamente, como isso ocorre.

Porém, é o círculo feminino o grande revelador dos meandros da dependência e do favor nesta obra de Balzac. Através da observação das figuras de Eugénie, Sra. Grandet e Nanon, temos acesso ao mundo marginalizado, submisso e dependente dessas mulheres francesas do início do século XIX. Portanto, elas serão nosso foco para entendermos um pouco mais as relações de dependência flagradas por Balzac.

SR. GRANDET

Já no início do livro, somos informados como o Sr. Grandet fez fortuna e podemos perceber que, além do trabalho, outros métodos se fizeram necessários à sua escalada social.

Com menos de quarenta anos, o mestre tanoeiro, que acabara de se casar com a filha de um rico comerciante de aduelas, encontrou, na venda dos bens do clero no distrito de Saumur pela República francesa, a grande oportunidade de iniciar sua fortuna.

> Munido de sua fortuna líquida e do dote, munido de dois mil luíses de ouro, Grandet foi então ao distrito, onde, graças aos duzentos luíses dobrados oferecido pelo sogro ao feroz republicano que supervisionava a venda dos domínios nacionais, recebeu por um naco de pão, legalmente, se não legitimamente, as mais belas vinhas dos arredores, uma velha abadia e algumas quintas (EG, p. 11)

Assim, notamos que, além de suas economias, Grandet contava com um bom dote adquirido através de um casamento vantajoso e o auxílio do rico sogro para que pudesse adquirir suas primeiras propriedades.

De tanoeiro a proprietário, Grandet adquiriu prestígio por sua astúcia comercial. Foi nomeado membro da administração do distrito de Saumur, tornou-se prefeito e pode, desta forma, fazer dos seus interesses pessoais os interesses da cidade. Suas vinhas passaram a ser cabeça da região.

No decorrer do enredo, quando os ventos pareciam soprar na contramão do antigo tanoeiro, mais uma vez notamos que Grandet é favorecido pelo dinheiro dos mais abastados que ele. No mesmo ano em que Napoleão o substituiu na administração de Saumur por um nobre[5], três fortunas são herdadas por Grandet graças ao vantajoso casamento que fizera 17 anos antes:

> (...) recebeu naquele ano, sucessivamente, heranças da senhora La Gaudinière, nascida La Bertellière, mãe da senhora Grandet, e depois do velho senhor La Bertellière, pai da finada; também recebeu herança da senhora Gentillet, sua avó materna: três sucessões cujo valor ninguém conheceu (E.G. p. 12)

Nos dois exemplos citados pode-se notar que, para se tornar um dos homens mais ricos da França oitocentista, não bastou ao Sr. Grandet o trabalho, a avareza e nem a astúcia em suas transações comerciais. Para fazer fortuna, ele precisou contar com o auxílio dos indivíduos que ocupavam posições superiores e que, como Grandet, eram extremamente avarentos. Assim, casar-se com uma mulher que possuía um dote considerável e era filha de um avarento foi fundamental para que Grandet pudesse ascender.

Diante do cenário apresentado por Balzac, não é de causar espanto a opinião sobre o que é herança expressa por Grandet. Quando falava a Nanon para mandar Cornoiller matar uns corvos e Nanon questionava se esse bicho não comia defunto, Grandet reponde:

"- Você é tonta, Nanon! Comem o que encontrar, como todo mundo. E nós, não vivemos dos defuntos? O que é a herança então? " (EG, p.39)

Opinião direta e coerente de um homem que entendia e manejava muito bem os mecanismos que regiam a sociedade na qual estava inserido.

---

[5] Nota-se que o provimento de cargos na França Napoleônica muito se assemelha aos que observamos no Brasil oitocentista, ou seja, um bom emprego dependia dos favores daqueles que se encontravam no poder.

CHARLES

Charles nos é apresentado como um jovem parisiense muito elegante que ao chegar na casa do Sr. Grandet causa espanto e admiração nos presentes, principalmente em sua prima Eugénie. Entretanto, os acontecimentos seguintes rapidamente levam o sobrinho de Grandet da riqueza à pobreza e, consequentemente, à dependência dos favores dos amigos e familiares.

Enquanto todos buscavam satisfazer suas curiosidades em relação ao rapaz, através de uma carta ao irmão, o pai de Charles, Victor Grandet, revelava que estava falido e cometeria o suicido. Além disso, pedia ao sr. Grandet que cuidasse do sobrinho e o ajudasse a ir às Índias para fazer fortuna:

> Não imploro nada para mim...imploro por meu filho(...) Não o arranque de chofre da vida ociosa: isso o mataria (...) Charles é um jovem probo e corajoso: prepare-lhe uma pacotilha, ele preferiria morrer a deixar de reembolsar o primeiro capital que você lhe emprestasse(...)".(EG, p.31)

Apesar do apelo do irmão, não condizia com as práticas avarentas do Sr. Grandet o sustento dos luxos do sobrinho ou o gasto de qualquer quantia em favor do órfão. Porém, para ser bem visto socialmente e por receio de ter que manter Charles, Grandet articulou para salvar a honra do irmão morto e auxiliar o sobrinho a ir às Índias sem ter que gastar nada mais do que o valor da passagem à Nantes.

Além disso, Grandet, possivelmente por vantagem comercial, fica com os anéis, botões e todas as coisas de Charles que podiam ter algum valor e dá ao sobrinho mil e quinhentos francos.

Charles também pode contar com o auxílio da prima Eugénie que, por estar apaixonada, emprestou ao primo todas as suas economias:

"Veja – disse ela abrindo a bolsa – as economias de uma pobre moça que não tem necessidade de nada. Charles, aceite". (EG, p.67)

Alphonse, amigo parisiense de Charles, foi outro que o auxiliou neste momento de infortúnio. Vendeu todos os pertences do rapaz e "seguiu os conselhos de um capitão de navio mercante e empregou os três mil francos que sobraram

numa pacotilha composta de curiosidades europeias que dão excelentes lucros nas índias". (EG, p.73)

Com o auxílio de Grandet, Eugénie e de seus amigos, Charles conseguiu algum capital para começar a vida e tentar fazer fortuna nas Índias antes de voltar à França: "Minha pacotilha e dez mil francos que dois amigos me mandaram são um começo bem modesto. Não posso pensar em voltar antes de vários anos". (EG, p. 73)

Anos mais tarde, Charles volta das Índias com fortuna, se instala em Paris e se esquece da promessa de amor que tinha feito à Eugénie. Porém, para que seu casamento com a filha do marquês de Aubrion possa se realizar, Charles depende, mais uma vez, dos favores de Eugénie, nesta altura, uma das mulheres mais ricas da França.

Mesmo desolada com a traição do primo, Eugénie, através do juiz de Bonfons, com quem prometeu se casar, pagou todas as dívidas do falecido tio, as quais desonravam Charles diante da sociedade parisiense. Em carta, diz ao primo:

> (...)o juiz presidente de Bonfons encarregou-se de entregar-lhe a quitação de todos os valores devidos por meu tio a declaração na qual reconheço tê-los recebido do senhor. Falaram-me de falência!... Imaginei que o filho de um falido não poderia, talvez, casar-se com a srta. De Aubrion(...) para tornar completa a sua felicidade, só posso oferecer-lhe a honra de seu pai. (EG, p.105)

Através do exemplo de Charles podemos verificar que, na sociedade em questão, estar sob a proteção dos mais abastados era indispensável não apenas para a ascender socialmente como também para se safar dos reverses da vida e se manter em uma posição privilegiada.

SRA. GRANDET

> Era uma mulher seca e magra, amarela como um marmelo, desajeitada e lerda; uma daquelas mulheres que parecem feitas para ser tiranizadas (...) Embora ridícula na aparência, aquela mulher, que dera ao tio Grandet mais de trezentos mil francos, somando-se dote e sucessões, sempre sentira profunda humilhação com a dependência e o hilotismo em que vivia, mas a mansidão de sua alma impedia que ela se revoltasse; por isso, nunca pedia um vintém... (EG, p., p.20)

Essa descrição da senhora Grandet evidencia o espaço marginal ocupado por muitas mulheres na sociedade rural francesa no início dos oitocentos. Não bastava ter dinheiro. O simples fato de ser mulher já significava estar em uma posição inferior, portanto de dependência e submissão.

Assim, apesar de descender de uma família abastada, a Sra. Grandet vivia à mercê dos mandos e desmandos do marido. Qualquer desobediência à ordem imposta por ele poderia ser severamente punida. Tal situação fazia com que ela se mantivesse calada, submissa e aterrorizada pelo medo.

Por isso, ao ver que sua filha Eugénie, tomada pela paixão, começava a fugir às regras da casa para paparicar o primo, a Sra. Grandet se desesperou:

“-Se seu pai perceber alguma coisa – disse a sra. Grandet -, podemos até apanhar”. (EG, p.42)

Neste trecho temos um dos tipos de dominação que essa mulher sofria, a física. Maior e mais forte, seu marido poderia facilmente subjugá-la fisicamente sem que ela tivesse qualquer possibilidade de revidar.

Porém, a dominação mostra-se muito mais efetiva quando é psicológica e ainda disfarçada sob a máscara da igualdade. Nesse sentido, o jogo de inversão da dependência que o Sr. Grandet realizava com sua esposa mostrava-se muito eficiente. Vejamos:

> Grandet, tomado às vezes de remorsos ao se lembrar do muito tempo que se passara desde o dia em que dera seis francos à mulher, sempre lhe destinava uns trocados para alfinetes quando vendia as colheitas do ano. (...) Mas, depois que ela recebia seus cinco luíses, o marido muitas vezes lhe dizia, como se tivessem bolso comum:

> - Tem uns trocados para me emprestar?
> E a coitada, feliz por poder fazer alguma coisa pelo homem que or lhe apresentava como amo e senhor, devolvia-lhe, no decorrer do inverno, alguns escudos do dinheiro dos alfinetes". (EG, p.20)

Ao dar e pedir dinheiro emprestado à mulher, o Sr. Grandet, perspicazmente, atingia dois objetivos. Primeiramente, passava-se por um marido zeloso, que se preocupava com as necessidades da esposa e compartilhava com ela seus lucros, como se fossem iguais. Em seguida, ao pedir o dinheiro emprestado à mulher, dava a ilusão de ser inferior e dependente dos favores dela. Com esse jogo psicológico, presenteava a Sra. Grandet com uma falsa dignidade com a qual ela se resignava. Conseguia, desta forma, fazer com que ela permanecesse sem entender sua real posição passiva e submissa e fosse incapaz de se rebelar ou ao menos contrariá-lo.

NANON

> A Grande Nanon – que era assim chamada por ter de altura cinco pés e oito polegadas – pertencia a Grandet havia 35 anos. Embora só recebesse sessenta libras de salário, era vista como uma das criadas mais ricas de Saumur. Graças a essas sessenta libras, juntadas durante 35 anos, ela recentemente conseguira aplicar, junto a Cruchot, quatro mil em títulos de renda vitalícia. Esse resultado das longas e persistentes economias da Grande Nanon pareceu gigantesco. Toda criada sentia inveja, ao ver que a pobre sexagenária havia garantido o pão da velhice, sem pensar na dura servidão com que ele fora ganho. (EG, p. 17)

Ao depararmos com a trajetória de Nanon, pode nos parecer, em um primeiro momento, que ela é um exemplo de que através da disciplina e do trabalho, todos podem ascender socialmente. Porém, ao olharmos atentamente para essa personagem, veremos que a escalada social exige muito mais do que disposição para o trabalho.

Ao perder seu emprego em uma fazenda que havia sido incendiada, Nanon, descrita como um ser fisicamente repugnante, foi para Saumur em busca de trabalho. Após inúmeras tentativas frustradas por sua aparência, a moça se deparou com o Sr. Grandet que "(...)adivinhou o proveito que podia tirar de uma criatura

fêmea com talhe de Hércules.” (EG, p. 18) Visionário como poucos, Grandet acolheu Nanon que “(...) chorou secretamente de alegria e apegou-se com sinceridade ao toneleiro, que, aliás, a explorou feudalmente.” (EG, p. 18)

Diante da disposição para o trabalho e a fidelidade de Nanon, “Grandet acabou por gostar dela como se gosta de um cão. (...) para uma moça pobre recolhida por caridade, o riso equívoco do tio Grandet era um verdadeiro raio de sol!” (EG, p. 18) Tudo o que Nanon queria era ver o patrão feliz e satisfeito. Para isso, não poupava esforços. Auxiliava Grandet em todas as suas transações comerciais secretas e ainda se submetia a todo tipo de humilhação recebendo alegremente qualquer migalha que o patrão lhe desse.

Uma, entre outras cenas do livro, pode ilustrar bem a natureza das relações entre Nanon e Grandet. Como resultado do sucesso de uma de suas especulações, certo dia Grandet acorda feliz oferece uma mísera recompensa financeira à Nanon que, mesmo sem saber, o tinha ajudado a lucrar uma fortuna. É interessante notar como Nanon descreve a cena para a patroa:

> Primeiro me disse... ‘Bom dia, bom ano-novo, sua tonta! Vá acender o fogo no quarto da minha mulher, que ela está com frio’. Daí fiquei besta quando ele estendeu a mão e me deu um escudo de seis francos que quase não tem cerceio nenhum! Olha, patroa, olha só? Ah! Que bonzinho. (EG, p. 79)

Parece-nos que, por toda sua trajetória, Nanon era refém da sua posição de mulher pobre e submissa naquela sociedade e não vislumbrava outra possibilidade na vida a não ser servir ao Sr. Grandet. Assim, como uma estratégia de sobrevivência, ela se acostumou a ignorar todas as humilhações do patrão e passou a se concentrar apenas em comemorar as migalhas que recebia e que lhe garantiam a existência. Entre Grandet e Nanon, fez-se um pacto entre a exploração e a servidão que nos remetem às relações de trabalho muito usuais na Europa oitocentista.

Com o passar dos anos e, principalmente após a morte da Sra. Grandet, a condição de mulheres submissas a um mesmo senhor aproximou muito Nanon e

Eugénie e fez delas grandes amigas. É essa amizade que possibilita que, com a morte de Sr. Grandet, Eugénie se torne herdeira de 17 milhões e a criada ascenda.

Assim que Eugénie recebeu sua herança,

> Um de seus primeiros atos foi dar mil e duzentos francos de renda vitalícia a Nanon que, possuindo já outros seiscentos francos, tornou-se um ótimo partido. Em menos de um mês, passou do estado de moça ao de mulher, sob a proteção de Antonie Cornoiller, que foi nomeado guarda-geral das terras e das propriedades da srta. Grandet" (EG, p. 94)

Percebemos que, apesar da presença do trabalho, o que possibilita Nanon passar da condição de criada a de mulher é aceitar pacificamente a servidão que foi submetida por Grandet durante 35 anos para que, mais tarde, pudesse ter sua dedicação reconhecida através da doação de Eugénie. Portanto, a servidão e o favor foi o que enriqueceu Nanon.

EUGÉNIE

Já no início do livro, a protagonista Eugénie Grandet é descrita como a única herdeira da fortuna do Sr. Grandet. Em uma sociedade na qual a mulher estava sempre subjugada a um homem, geralmente ao pai ou ao marido, um casamento com tal herdeira significava herdar, por consequência, uma das maiores fortunas da França. Assim, a mão de Eugénie era fortemente disputada pelos Cruchots e pelos Des Grassins, as famílias mais ricas de Saumur.

Aos moldes de sua mãe, Eugénie era uma mulher totalmente submissa e alheia a tudo, principalmente à condição financeira de seu pai. Ambas, "(...) não conheciam a riqueza de Grandet, só avaliavam as coisas da vida à luz fraca de suas pálidas ideias, e não prezavam nem desprezavam o dinheiro, acostumadas que estavam a passar sem ele." (EG, p. 24)

Porém, com a chegada do primo Charles e a descoberta da paixão, alguns raios de lucidez atingem as ideias da pacata Eugénie. É o amor por Charles que impulsiona Eugénie a desafiar o pai e a se perguntar se eram ricos.

É também movida pelo sentimento pelo primo que ela começa a ter consciência de sua submissão: “Pela primeira vez, sentiu terror quando viu o pai, percebeu nele o senhor do seu destino e acreditou-se em pecado por lhe ter escondido alguns pensamentos”. (EG, p. 37)

Porém, por mais intenso que fosse o sentimento, não foi uma mágica capaz de tirar Eugénie de uma vida inteira de ignorância e submissão. O muito que ela conseguiu foi, com o auxílio da mãe e de Nanon, driblar minimamente o rígido controle de Grandet sob os víveres e, às escondidas, dar suas economias ao primo. Entretanto, tal atitude teve um alto custo à moça. Ao descobrir que Eugénie deu suas economias a Charles, Grandet fica furioso e castiga Eugénie:

“- Não vou vê-la nem falar com ela. Ela vai ficar no quarto a pão e água até que tenha satisfeito o pai. Que diabo! Um chefe de família deve saber para onde vai o ouro de sua casa”. (EG, p. 83)

Apesar da interferência dos Cruchots e Bonfons em favor dela, Eugénie se mostra, mais uma vez, totalmente submissa:

“(...) peço lhes que não se preocupem com esse assunto. Meu pai é quem manda nessa casa. Enquanto eu morar aqui, devo-lhe obediência”. (EG, p. 87)

Grandet só faz as pazes com Eugénie ao saber de Cruchot que se a sra. Grandet morresse teria que dividir a fortuna com Eugénie:

“Sua filha terá o direito de exigir a partilha de sua fortuna, de querer a venda de Froindfond. Enfim, ela sucede à mãe, de quem você não pode herdar”. (EG, p. 87)

Mesmo após a morte da mãe e, sendo Eugénie a única mulher da casa, ela só se torna a dona da casa quando seu pai a julga suficientemente moldada aos seus hábitos avarentos:

> Depois de cerca de três anos, ele a acostumara tão bem a todos os seus modos de avarento, estava tão claro que estes se haviam transformado em hábito para ela, que ele lhe confiou sem medo as chaves da despensa e a constituiu dona da casa" (EG, p. 92)

Desta forma, Eugénie foi transformada na versão feminina do Sr. Grandet. Era a perpetuação da espécie.

Com a morte do pai, Eugénie tornou-se a mulher mais poderosa da Saumur. Passou, então a ser bajulada, já que de suas vontades todos passaram a depender:

> A adulação nunca brota das grandes almas, é apanágio das pequenas, que conseguem apequenar-se ainda mais para caber na esfera vital da pessoa em torno da qual gravitam. A adulação subentende interesse. (EG, p. 96)

Adulada por todos, imensamente rica e poderosa, Eugénie não sabia o que fazer com o que tinha. O único desejo dela era o amor de Charles que se transformou em decepção. Talvez, se ela fosse uma mulher como Aurélia[6] de Alencar saberia como utilizar o dinheiro em uma sociedade capitalista para comprar tudo o que quisesse, inclusive as pessoas.

Entretanto, como nos evidenciam os exemplos citados, Eugénie era uma provinciana limitada, ignorante e submissa que estava completamente alheia ao funcionamento do mundo. Havia sido criada para ser avarenta, mas não independente. Sua condição de mulher fazia com que ela soubesse apenas obedecer cegamente seu amo. Mandar estava muito longe de seus atributos.

Assim, sem vislumbrar a possibilidade de se casar com Charles, era necessário a ela encontrar um novo marido, um novo senhor. Viu no casamento com o juiz de Bonfons a possibilidade de auxiliar, mais uma vez seu amado primo.

---

[6]Em *Senhora*, de Alencar, a protagonista Aurélia, ao receber uma herança e ascender socialmente compra para marido Seixas, o homem por quem havia se apaixonado e por quem tinha sido rejeitada na época em que era pobre.

> O juiz entendeu que teria a senhorita Grandet graças a um despeito amoroso; por isso, apressou-se a executar suas ordens com a maior rapidez, para que não ocorresse nenhuma reconciliação entre os dois amantes. (EG, p.104)

A Sra. De Bonfons ficou viúva aos 33 anos, “dona de oitocentas mil libras de renda”. (EG, p. 106) Porém, apesar de sua imensa riqueza, ela:

> (...) vive como vivera a pobre Eugénie Grandet, só acendendo a lareira do quarto nos dias em que outrora seu pai lhe permitia acender o fogo na sala, apagando-a de acordo com o programa em vigor nos anos da juventude. Continua a vestir-se como a mãe. (EG, p. 107)

Através da trajetória de Eugénie podemos mais uma vez verificar que, na sociedade em questão, nem mesmo o poder financeiro era capaz de tirar muitas mulheres da condição de dependência. Sem representatividade social e política, as mulheres em questão eram seres moldados pela submissão e servidão. Educadas para serem ignorantes e sem qualquer noção de consciência de classe, a rebelião estava longe de ser uma alternativa plausível às inúmeras Sras. Grandets, Eugénies e Nanons dos oitocentos.

Considerações Gerais

O capitalismo estava consolidado na França. A burguesia mostrava sua força. Porém, os anos mergulhados na monarquia absolutista deixaram marcas na sociedade que ainda eram muito fortes no período pós revolução observado por Balzac. Nobres e burgueses ajustavam seus interesses na disputa pelo poder na nova ordem política e econômica que vigorava. Aos que estavam ás margens do processo, restava a dependência dos que estavam no topo.

Assim, ao mesmo tempo que a meritocracia permitia que um tanoeiro, como o Sr. Grandet, tivesse acesso ao mundo do capital, para se chegar ao topo da pirâmide social a associação com os mais abastados se fazia fundamental. Neste

caso, casar com uma mulher que possuía algum dinheiro foi o que possibilitou ao Sr. Grandet construir o seu império.

Na figura de Charles pode-se constatar a dinamicidade e liquidez do sistema capitalista. Inicialmente rico, jovem viu-se repentinamente pobre devido às transações comerciais sem sucesso realizadas pelo pai. Porém ao ser lançado para a margem do sistema, retornar ao centro só lhe foi possível, inicialmente, através dos favores de seus amigos e familiares abastados.

A ignorância e dominação a que a Sra. Grandet, Nanon e Eugénie estavam submetidas traduzem a desigualdade econômica e política que alicerçava a vida de muitas mulheres e que estava longe de ser extinta nos oitocentos. Porém, ao contrário do que acontece com as personagens masculinas, Charles e Sr. Grandet, não é possível a elas driblarem a dependência.

Desta forma, em uma sociedade na qual as mulheres não têm representatividade política, percebe-se que elas estão sempre à mercê da figura masculina para se afirmarem. Neste sentido, o casamento é o elo ideal entre o dinheiro dessas mulheres e o poder social dos homens.

Assim, a Sra. Grandet, se casa com o Sr. Grandet. Eugénie, mesmo amando Charles, se casa com Bonfons. Ao final do livro, após ficar viúva, outro casamento já era cogitado para ela. Nanon, quando fica rica e poderia ser independente, casa-se com Cornolier. Parece-nos que nesta sociedade só era possível à mulher construir uma identidade através dos homens.

Além dessa dependência moral sofrida pelas mulheres, diante da construção de Balzac, podemos inferir que, como evidencia Schwarz (1988, p.12), apesar das diferenças que caracterizam Brasil e Europa, tanto lá quanto cá as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade se aproximam por serem falsas. Se aqui elas encobriam a escravidão, lá era a exploração do trabalho que não passava de ideologia.

Nanon era claro exemplo disso. Era tida como uma propriedade do Sr. Grandet, a quem servia e por quem era amplamente explorada. Tal relação, provavelmente, é herança de um período histórico no qual as pessoas se dividiam, majoritariamente, em duas classes: nobres e servos. Os primeiros não trabalhavam

e os demais eram explorados. Porém, com estabelecimento não igualitário de uma nova ordem, política, econômica e social restava aos que ficaram às margens do processo a dependência dos que estavam no centro.

Neste sentido, Balzac nos coloca diante de um processo que muito se assemelha ao que ocorreu no Brasil oitocentista e fez com que o favor fosse o meio principal de relação entre ricos e pobres. Porém para que tal mecanismo possa ser desvendado em suas especificidades caberia um estudo mais aprofundado da obra de Balzac, como Schwarz realizou em Machado. Vê-se, neste terreno, uma possibilidade de investigação futura que acreditamos ser muito fértil.

2.3 Introdução ao contexto do favor Luso Brasileiro

Quando pensamos na palavra carta no início do século XXI, uma infinidade de campos semânticos distintos se fazem presentes em nossas mentes. Muitos brasileiros podem lembrar, por exemplo, da carta de habilitação necessária à condução de veículos. Outros podem pensar nas cartas de recomendação profissional. Os endividados certamente não se esquecerão das cartas de créditos. Há também aquelas cartas de papel, entregues pelos correios que, geralmente, são contas dos mais variados tipos ou propagandas. Dificilmente alguém imaginará a carta como uma forma de correspondência profissional ou pessoal entre indivíduos já que, em nosso século, a comunicação escrita com tal finalidade ocorre, principalmente, através de e-mails, posts em redes sociais ou os mais diversos tipos de mensagens eletrônicas.

Porém, se viajarmos no tempo e aportarmos no século XIX o conceito de carta poderá mudar consideravelmente. Para um escravo a carta mais importante era, indubitavelmente, a carta de alforria, já que ela comunicava ao mundo o seu direito à liberdade. Para um imigrante que se via apartado de sua terra natal, bem como de muitos de seus amigos e familiares, a carta era, provavelmente, seu único elo com tudo o que havia deixado para trás quando partiu guiado por seus sonhos e anseios. Já um escritor se utilizava das cartas, também, para obter a opinião de seus amigos e pares sobre os escritos que desejava publicar. Enfim, ao olharmos para os oitocentos a carta pode ser entendida como a forma primordial de correspondência pessoal e profissional entre os indivíduos.

Ao pensarmos nos conceitos de carta da atualidade comparados aos do século XIX os antagonismos que os cercam tornam-se evidentes. Pode nos parecer difícil entender como algo que mantém o mesmo nome transformou-se tanto no decorrer dos anos. Entretanto, o enigma das diferenças se torna uma rica fonte de investigação ao percebermos que sua raiz é contextual, ou seja, o que é concebido como carta e o uso que se faz desse tipo de comunicação escrita é condicionado por um momento histórico, social e político.

Assim, ao contrário do que acontece na atualidade, nos oitocentos, as cartas podem ser entendidas como objetos reveladores das relações sociais entre indivíduos. Ao nos aprofundarmos nas entrelinhas de tais cartas temos o caminho para o estudo da expressão cultural da sociedade deste tempo.

O tempo que vislumbramos nos aproximar é o final do século XIX no Brasil e em Portugal e o portal de entrada para este período são algumas cartas[7] dos portugueses Miguel de Novais e Joana de Novais para o brasileiro Machado de Assis.

Já navegamos brevemente pelo cenário singular das relações entre Brasil e Portugal. Agora, conheceremos os emissores e o destinatário dessa correspondência, para que possamos, enfim, desembarcar em um dos aspectos mais interessantes dos oitocentos ressaltados pelas cartas em questão: as bases sobre as quais estavam estabelecidas as relações sociais entre portugueses e brasileiros.

Brasileiros, Portugueses e a rede dos favores.

Como evidenciou Boaventura de Sousa Santos “Os Portugueses, sempre em trânsito entre Próspero e Caliban, tanto foram racistas, muitas vezes violentos e corruptos, mais dados à pilhagem do que ao desenvolvimento, como foram miscigenadores natos, literalmente pais da democracia racial, do que ela revela e do que esconde, melhores do que qualquer outro povo europeu na adaptação aos trópicos.” (2003, p.35)

Os personagens das cartas que analisaremos são reveladores não apenas do processo de miscigenação que envolvia brasileiros, africanos e portugueses. Eles

[7]Neste trabalho serão analisadas as cartas 298, 299, 301, 302 e 358 da *Correspondência de Machado de Assis.*

mostram também a criação de uma cultura comum de dependência e ambiguidade que mascara a violência da dominação colonial

Apresentaremos agora tais personagens para em seguida demonstramos como suas relações podem remeter ao colonialismo.

Começaremos pelo destinatário das cartas, o escritor Machado de Assis. Ao olharmos para a biografia[8] de Machado muitos aspectos interessantes e que refletem o processo colonial e as relações entre portugueses e brasileiros nos são apresentados. Ele era filho de uma imigrante portuguesa, Maria Machado da Câmara[9], com o carioca Francisco José de Assis. Sua pele mulata também evidencia sua ascendência africana, ou seja, Machado é fruto direto do encontro entre colonizador e colonizados.

Mesmo assim, o escritor conseguiu através de sua obra, conquistar a admiração e o respeito de todos, principalmente do grupo de portugueses abastados do final do século XIX. Como nos informou Alexandre Eulálio, “desde o início da sua careira, mas não apenas durante os anos de aprendizagem ‘Machadinho’ faria jus ao apreço e ao estímulo entusiasta de um número vultoso de relações portuguesas” (EULÁLIO, 2003, p.210)

Entre as relações de Machado estava o Conde de São Mamede. Rodrigo Pereira Felício, natural do Norte do Reino, antigo vizinho do povo de São Mamede Infiesta. Veio cedo para o Brasil e aqui constitui grande fortuna. Foi fundador do Brazilian & Portuguese Bank que se transformou no English Bank of Rio de Janeiro em 1866, data em que Rodrigo recebeu o título português de visconde de São Mamede, engrandecido, três anos depois de Conde. (EULÁLIO, 2003, p.210)

Machado se casou com a portuguesa Carolina Xavier de Novais, irmã de Faustino Xavier de Novais e Miguel de Novais. Este, segundo José Galvão (1988, p.252), exercia no Porto a profissão de fotógrafo e retratista. Já no Brasil, manteve a

---

[8] Dados biográficos extraídos do site da Academia Brasileira de Letras sobre Machado disponível em: http://www.machadodeassis.org.br/abl_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=machadodeassis&sid=5

[9] Maria Machado da Câmara era agregada na chácara da rica portuguesa D. Maria José de Mendonça Barroso, no morro do Livramento. D. Maria José, posteriormente, se tornou madrinha de Machado de Assis.

profissão até que, por influência do Conde de São Mamede se empregou no Consulado Português. Após a morte do Conde, Miguel se casou com a viúva Condessa de São Mamede, que passou a se chamar, então, Joana de Novais.

Já nos anos 70, Joana, pouco tempo após se casar com Miguel, regressou com o marido em definitivo para Portugal. Apesar da distância, Miguel e Joana mantiveram estreitos laços de amizade com Carolina e Machado, como verificaremos na análise das cartas.

Após apresentados nossos personagens abordaremos, mais detalhadamente, a relação entre eles e veremos que há algo que muito se assemelha ao que Roberto Schwarz descreve em seu livro *Ao Vencedor as Batatas* como favor.

Segundo Schwarz o favor é a forma de dependência de uma parcela da sociedade formada por indivíduos que como não são

> (...) nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. (SCHWARZ, 1988, p.33)

Guiados pela definição de Schwarz, é difícil não pensar nas relações de favor que se estabeleceram entre brasileiros e portugueses.

Como mencionamos em nota, a mãe de Machado quando imigra para o Brasil, no início do século XIX, torna-se agregada na casa de D. Maria José de Barroso. Neste exemplo vemos uma portuguesa, Maria Machado, dependendo materialmente do favor de outra portuguesa mais abastada. Assim, verificamos que o favor ocorre entre conterrâneos portugueses em condições sociais bastante divergentes.

O favor é também o mecanismo que possibilita a vinda dos Novais ao Brasil. Segundo José Galvão (1988, p.68) Faustino Xavier de Novais, já em dificuldades financeiras, teve sua viagem ao Brasil paga pelo tio de sua esposa, o Barão de Ivaí,

um rico fazendeiro brasileiro. Nesse caso, já em meados dos oitocentos, um português é favorecido por um brasileiro.

Mais uma vez, Faustino Xavier de Novais é salvo pelo favor, agora do Conde de São Mamede. José Galvão (1988, p.121-128) menciona que o Conde foi quem pagou a vultosa dívida que Faustino havia contraído no Brasil. São os Mamedes também que convidam Faustino a viver com eles quando o escritor adoece. A hospitalidade se estende à irmã de Faustino, Carolina. Esta, após o falecimento de seu irmão, beneficia-se de tal hospitalidade até seu casamento com Machado que ocorreu na capela particular da casa do Conde de São Mamede. Assim temos, novamente, o mecanismo do favor ocorrendo entre portugueses.

Os exemplos citados evidenciam que tal prática era recorrente e que não era uma exclusividade brasileira no século XIX.

As cartas e suas entrelinhas

Partindo dos estudos de Schwarz sobre o favor, pretendemos analisar algumas cartas dos portugueses Joana de Novais e Miguel de Novais destinadas ao amigo Machado de Assis nas quais o mecanismo do favor se mostra como código comum entre portugueses e brasileiros. Essas cartas, além de constituírem um registro histórico da normatização social do favor, conduzem ao entendimento desse mecanismo como uma herança colonial, ou seja, um aspecto da realidade portuguesa que foi incorporado pela colônia e que aqui encontrou um ambiente favorável ao seu desenvolvimento e singularização.

Veremos que, como forma de reprodução das relações coloniais, esse favor é um mecanismo que permite a dualidade de papéis entre proprietários e dependentes e, desta forma mascara as desigualdades de classe e impossibilita o embate. Não é mera casualidade o Brasil ser o único país americano a ter comprado sua Independência, sem guerras, sem alterar o sistema de governo e, ainda, mantendo

no trono um rei português. Há um forte vínculo entre a conduta dos agentes e o resultado produzido que as cartas selecionadas nos ajudarão a visualizar.

A primeira carta da *Correspondência de Machado de Assis* que nos atentaremos, a 298, é escrita pela poderosa portuguesa Joana de Novais em favor de seu filho com o, já então falecido, Conde de São Mamede. A carta data de 20 de julho de 1894 e, desde suas linhas iniciais é reveladora de como funcionavam as relações de favor. O mecanismo cuidadosamente descrito na ficção Machadiana e amplamente estudado por Schwarz pode ser, então observado e analisado através de suas fontes históricas, isto é, não só na literatura, mas também nos contatos entre as pessoas.

Já no início da carta, o herdeiro do Conde de São Mamede; que obteve o cargo de Chanceler do Consulado Geral de Lisboa, provavelmente, graças ao favor de Quintino Bocaiuva[10]; tem suas qualidades exaltadas por sua mãe para que ele seja entendido como merecedor dos esforços de Machado.

> (...) Meu filho Rodrigo (...) teme perder o lugar que exerce, com interesse e há 5 anos, sem interrupção sem licenças, e sempre na esperança de ver aparecer o decreto que o devia firmar no lugar de Chanceler do Consulado Geral em Lisboa.

Na continuação, Joana reafirma as qualidades de seu filho e diz saber que outros, também com bons protetores, ambicionam o cargo de Rodrigo. Assim, percebemos que a obtenção dos altos cargos no Brasil e em Portugal se dava igualmente, mesmo após a Independência e a República, através do favor. Ganharia o prêmio almejado, não o mais competente, mas sim aquele indicado pelas pessoas mais influentes.

Notamos, também que, a elite brasileira era, na verdade, portuguesa, ou seja, no Brasil oitocentista os poderes político e econômico mantinham-se concentrados nas mãos dos seus ex-colonizadores. Isso, além de nos mostrar o

[10] Informação obtida através de nota da carta 298 da Correspondência de Machado de Assis.

conservadorismo das estruturas que fazem da Independência brasileira mais um título do que uma mudança de fato, nos evidencia uma sociedade na qual o poder é herdado e a mobilidade social não é possível, ou seja, um cenário muito propicio para as prática do favor.

Joana, então, pede claramente a Machado que use de suas relações de amizade junto aos poderosos do governo republicano para que seu filho seja favorecido no que pretende. Deixa claro que, ao auxiliar Rodrigo, terá a gratidão de ambos. Neste ponto, vale salientar que Joana, além dos laços de amizade e quase parentesco que mantinha com Machado, argumentava de uma posição social privilegiada da nobreza portuguesa. Além disso, era a proprietária da casa na qual Machado residia com sua esposa Carolina, na Rua do Cosme Velho. Assim seu pedido era quase uma ordem e sua gratidão uma pedra preciosa na rede dos favores. O escritor, certamente não ignorava este fato.

> Creio porém que há quem ambicione este lugar e também há bons protetores para os pretendentes. Rodrigo tem sido bom empregado, e duma perseverante assiduidade, que não esperávamos do seu gênio antes, um pouco volúvel, este receio tem-no desgostado, e leva-o aí, presentemente, ninguém aí conhecemos de valimento para estes negócios, lembrei-me de juntar o meu pedido ao dele, a fim do nobre amigo o Senhor Machado, e seus amigos coadjuvarem-no para com o Ministro competente. Peço que nos auxilie e gratos lhes seremos.

Pela terceira vez na mesma carta, Joana faz questão de ressaltar as qualidades do filho e reafirmar seu pedido a Machado, certa de poder contar com os esforços do escritor:

> Se o Rodrigo fosse mau empregado, se tivesse alguma falta, se tivesse sido negligente no cumprimento dos seus deveres, por certo eu não lhe pediria este favor. (...) Confio na sua boa vontade e amizade. O Rodrigo di-lhe melhor os seus receios e razões de os ter (...)

Dias Depois, em 22 de julho de 1894, o pedido em favor de Rodrigo a Machado é reafirmado por Miguel de Novais:

> O portador desta carta é o Rodrigo (...) Conversarão sobre o assunto e o amigo fará tudo o que esteja ao seu alcance para auxiliar-nos suas pretensões.
> Esta é a fórmula sacramental das cartas deste gênero – acrescentarei agora o seguinte: - que faça tudo o que faria por mim se eu alguma coisa pretendesse do seu governo – basta que faça só o que eu faria pelo amigo, se alguma pretensão tivesse deste país.
> Do amigo e cunhado,
> Miguel de Novais

O tom de Miguel deixa claro que ele não duvida do empenho de Machado. Mas, pede ao escritor que se empenhe por seu enteado Rodrigo da mesma forma que faria se o favorecido fosse ele, grande amigo e cunhado de Machado. Assim, Novais, ao fazer o seu pedido, reforça-o com os laços do parentesco e amizade. O interessante é notar que ao mencionar uma "fórmula sacramental das cartas" de tal gênero, Miguel evidencia que a prática do favor é algo tão cotidiano no meio social do qual fazem parte que há mesmo uma fórmula para que o favor seja solicitado através das cartas. Ou seja, o favor está normatizado e é código comum entre brasileiros e portugueses dos oitocentos.

Algum tempo depois, já em seis de setembro de 1894, Joana escreve em resposta a Machado. Infelizmente não temos acesso à carta enviada por Machado, mas, ao julgar pela resposta de Joana, ele provavelmente relatava à nobre senhora todos os seus esforços em favor de Rodrigo. Ela agradece ao amigo, mas não parece muito esperançosa em relação aos resultados:

"Agradeço sinceramente a sua última carta de 13 do próximo passado e o quanto tem feito pelo Rodrigo, e creio bem na sua melhor vontade, infelizmente, nem sempre ela dá os resultados desejados."

Já na continuação, é interessante notar, mais uma vez, a normatização do favor:

"Os políticos preferem sempre os seus amigos, e não há a criminá-los por isso, é uso, e contra ele nem sempre se pode lutar – esperamos – seja qual for o resultado ficar-lhe- ei grata da mesma forma".

Joana, ao afirmar a preferência dos políticos em favorecer seus próprios amigos, mostra uma postura condescendente com tal prática, condescendência, que

como temos visto, é natural para quem a pratica. Esta é uma sociedade na qual o favor é norma. O jogo do poder e da influência é o que determinava os resultados que seriam obtidos. Ganhar ou perder era algo que dependia, muitas vezes, da rede de relações na qual se estava inserido.

Dias depois, em dois de outubro de 1894, Miguel também escreve para agradecer o amigo Machado. Independentemente do resultado que seria alcançado, o importante era reconhecer os grandes esforços do escritor em auxílio a Rodrigo.

> Primeiro que tudo, cumpre-me agradecer-lhe muito cordialmente os serviços que tem prestado ao Rodrigo, que segundo ele me diz, têm sido valiosíssimos (...)
> Sejam quais forem, porém, os resultados[11], repito os meus agradecimentos em meu nome e de minha mulher pela parte ativa, e segundo parece importantíssima que tomou neste negócio (...)".

Para finalizar nossa breve análise do favor em algumas cartas endereçadas a Machado, consideraremos a carta 358, também de Miguel de Novais através da qual podemos observar o uso do favor não apenas na esfera política, como também para a apresentação de artistas aos membros de prestigio da sociedade brasileira:

> Há dias pediram-se com muito empenho para que eu lhe apresentasse, por meio de uma carta, dois artistas que aí deviam ter chegado no Chile que são Viana da Mota e Moreira de Sá. – Não conheço nem um nem outro – Sei que são dois artistas de mérito e com especialidade, segundo tenho lido e ouvido, o pianista Viana da Mota, mas eu não tenho relações nenhumas com eles, e foi só para fazer um pedido que escrevi a carta de apresentação, não me interessando francamente em coisa alguma que lhes diga respeito

Miguel, neste trecho, explica a Machado que recomendou os artistas em questão somente para atender um pedido, ou seja, para se alinhar a uma prática social. Porém não conhecia o trabalho de tais artistas.

---

[11] Para satisfazer a possível curiosidade do leitor dessa dissertação, segundo informações dadas em sala de aula pelo Prof. Dr. Hélio Seixas Guimarães no primeiro semestre de 2014, Rodrigo, apesar dos favores obtidos, não conseguiu o cargo almejado por sua mãe Joana de Novais.

Esse interesse dos artistas em serem reconhecidos no Brasil evidencia a grande importância que o mercado consumidor brasileiro tinha para os Portugueses bem como a relação de dependência cultural que o Brasil ainda possuía com Portugal no final do século XIX, muitos anos depois da Proclamação da Independência. Ou seja, a interdependência entre os países em questão, que foi gerada durante o singular processo de colonização, estava longe de ser extinta.

Porém, um dos aspectos mais intrigante para a nossa análise está no trecho seguinte, no qual Miguel se diz, às vezes, socialmente forçado a escrever tais cartas de recomendação e combina com Machado um código para que o amigo possa identificar quando sua intenção é verdadeira e quando não passa de praxe.

> (...) Ora, como sei que meu amigo não se poupa a fadigas para obsequiar pessoas que aí se apresentam com carta de apresentação minha – e apesar de eu me esquivar quanto é possível a tais recomendações, a verdade é que eu me vejo às vezes forçado a escrevê-las. Fiquemos portanto doravante assentes no seguinte: Quando alguém lhe apresentar carta minha com a minha assinatura sempre usada – Miguel de Novais – é porque me interesso pelo apresentado e aceitarei os favores que lhe dispensar como feitos a mim próprio – se eu assinar M. de Novais – é mero obséquio que pareço fazer à pessoa que me pede.

Este trecho nos mostra a importância do favor na sociedade portuguesa da qual falava Miguel de Novais. Mesmo quando não tinha a intenção de favorecer uma pessoa, o favor estava tão enraizado nas práticas sociais portuguesas que Miguel não tinha como se esquivar de um pedido de alguém que, talvez, pudesse favorecê-lo futuramente. Recusar favorecer implicava, certamente, quebrar uma possível “lei do retorno”, ou seja: favoreças, mesmo que não queiras, para seres favorecido.

Envolvido na rede dos favores, ao mesmo tempo em que possuía uma relação de amizade e respeito com Machado, Miguel encontra em um código de assinaturas combinado com o amigo uma possibilidade de usar o mecanismo do favor somente quando julgasse que o favorecido era merecedor do que almejava.

É como se, para Miguel, existisse uma ética nas relações de favor, ou seja, favoreceria só quem realmente julgasse competente, somente aqueles que se encaixassem no hibridismo de seus valores. Estes eram liberais europeus, ao prezarem a meritocracia, ao mesmo tempo em que eram patriarcais portugueses e

brasileiros por estarem alicerçados na exploração e na prática do favor. Assim como no Brasil de Schwarz, em Portugal as ideias também estavam fora de lugar.

Como vimos em todos os trechos das cartas analisadas o “favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais”. (SCHWARZ, 1988, p.17)

Ele constituía a máscara perfeita para esconder a exploração e a violência contida em qualquer ato de colonização. Em sociedades que dividiam muitos[12] dos seus membros entre provedores e dependentes o favor naturalizava as relações de poder na qual os mais fracos economicamente, a maioria miscigenada e alforriada, viviam à mercê dos detentores de poder, em sua maioria, portugueses e seus descendentes.

Da mesma forma, Portugal e Brasil, ao mascararem as relações de poder na irmandade entre as nações escondiam o antagonismo inerente às posições de colonizadores e colonizados.

Para nos aprofundarmos neste aspecto, é interessante notar que as cartas analisadas são reveladoras de um tipo muito peculiar de favor. Neste, o senhor da situação era um influente escritor brasileiro, o mulato Machado de Assis. Já os dependentes eram os nobres portugueses Joana e Miguel de Novais. Porém, o que pode parecer exceção, é, à luz do singular colonialismo do qual falamos, nada além do rígido cumprimento da regra.

Ao tomarmos como exemplo todas as cartas analisadas verificamos que as relações de favor entre portugueses e brasileiros, eram tão complexas quanto suas relações como colonizadores e colonizados. Mais precisamente, o favor era um mecanismo através do qual a singularidade da colonização era reproduzida nas relações sociais. Assim, da mesma forma que o colonizado ocupou o papel do colonizador quando, em 1808, o Brasil passou a ser sede do governo Português, o brasileiro Machado ocupou o lugar de favorecedor em quanto os nobres portugueses

[12] Não podemos dizer todos os seus membros, pois, no Brasil, ainda temos que considerar os escravos. Estes, até a abolição, constituíam, segundo Schwarz, outra classe social.

Novais eram os dependentes. Era a duplicidade do colonialismo português refletida nas relações sociais entre brasileiros e portugueses.

Como afirma Boaventura, as elites não são ingênuas quando produzem a representação de fraternidade, democracia intercultural e interétnica entre Brasil e Portugal. Conseguem, com tais representações, ocultar e manter a dominação portuguesa sob o Brasil. Da mesma forma, através do tipo de favor analisado, no qual um português é tido como subalterno, as elites portuguesas conseguem mascarar o fato de que a elite brasileira dos oitocentos é formada, em sua grande maioria, por portugueses. Conseguem, então, manterem-se no poder.

Favor: uma herança colonial

Schwarz defende que a matéria do artista "é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que serve a sua existência". (1988, p31) Deste prisma, mostra a impropriedade das ideias liberais em um país escravocrata, o Brasil, e demonstra como o mecanismo do favor absorve e desloca essas ideias. Através da análise dos primeiros romances de Machado de Assis, evidencia a habilidade do autor que foi capaz de perceber o processo histórico social no qual estava inserido e transformá-lo em forma literária. Assim, não há como negar que, no Brasil do século XIX, "o favor é a nossa mediação quase universal" (SCHWARZ, 1988, p.16)

Porém, após refletirmos sobre as relações sociais entre portugueses e brasileiros e analisarmos as cartas escritas por portugueses nas quais as relações de favor são explicitadas verificamos que tal mecanismo não é uma especificidade brasileira. Enquanto na Europa as ideias de universalismo combatiam os privilégios feudais, o Brasil, e também Portugal, utilizavam-se do discurso liberal, mas praticavam a cultura do interesse.

No Brasil, mesmo após a Independência, a classe dominante almejava se beneficiar da escravidão trazida pela colonização ao mesmo tempo em que tentava

escondê-la atrás da adoção dos costumes europeus. Portugal, em seu processo de aburguesamento, tentava acompanhar os passos de uma Europa em franca industrialização, sem deixar para trás, contudo, sua grande dependência do modelo colonial, o qual era um entrave ao seu desenvolvimento capitalista.

Assim as duas nações tinham em comum o fato de serem consideradas nações periféricas em relação ao centro europeu por não se desvincularem de suas raízes coloniais. As cartas analisadas são documentos históricos que exemplificam que o favor é um dos mecanismos comuns a Brasil e Portugal estabelecidos no período de colonização e perpetuados mesmo após este período[13].

Como discutimos anteriormente, Brasil e Portugal, ocuparam posições dúbias no processo de colonização. Essa relação singular, que impossibilitava o aparecimento das identidades de colonizador e colonizado, ocultava as relações de poder entre metrópole e colônia. Assim, desde a língua até o sistema governamental, o que era imposição era visto como natural. O Brasil foi criado através da cultura portuguesa. Foi a partir dela e baseado em seus valores que se desenvolveu.

Mesmo quando o Brasil “Independente” buscou sua “identidade” continuou a reproduzir os valores portugueses, acreditando que estes eram genuinamente brasileiros. Assim, manteve-se dúbio, acreditando-se senhor ao mesmo tempo em que era dependente. Como Portugal, o Brasil transitava entre os papéis de Próspero e Caliban. Já se constituía como um importante mercado consumidor, já possuía recursos naturais fundamentais e imenso potencial agrícola, mas continuava dependente da cultura externa.

Concordamos com Eduardo Loureço ao entendermos como absurda a “autonegação que a cultura brasileira faz de si mesma, ocultando, menosprezando ou, com mais verdade hoje, ignorando o seu nódulo irredutível e indissolúvel

---

[13] Nota-se que o favor analisado por Schwarz, por ser um processo histórico social ambientado no Brasil, não é idêntico ao “favor português”. Este, certamente, possui especificidades que precisam ser estudadas e analisadas profundamente. Porém, nosso foco, neste momento é evidenciar que, mesmo com especificidades, Brasil e Portugal possuem um código de conduta social muito semelhante neste período histórico e que este código remete à colonização.

português” (2001, p.141) É somente através da visualização do processo colonial com toda sua violência e peculiaridades que o Brasil poderá entender as bases nas quais foi estabelecido.

O Brasil quer ser brasileiro. Ser brasileiro significa ter consciência de que foi colonizado, assim, tudo lhe foi imposto, inclusive as impropriedades, tal como o convívio das ideias liberais com a escravidão amenizadas pela prática do favor.

3 O FAVOR EM *IAIÁ GARCIA*

3.1 *Iaiá Garcia* na produção de Machado de Assis

Desde que José Veríssimo (1963, p.304-319), em sua *História da Literatura Brasileira,* sugeriu a divisão da obra de Machado de Assis em duas fases, uma romântica e outra realista, grande parte dos críticos brasileiros tem seguido essa tendência.

Publicado em 1878, originalmente como folhetim, *Iaiá Garcia* é o último livro da dita primeira fase Machadiana. Assim, como todas as obras dessa fase, temos uma obra bem menos estudada do que, por exemplo, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicada em 1881 e considerada como o marco do realismo no Brasil.

Um dos estudos fundamentais sobre a obra em questão está no livro de Roberto Schwarz, *Ao Vencedor as Batatas*. Nele, o crítico nos mostra que em *Iaiá Garcia*, temos a representação de uma sociedade patriarcal, escravocrata e alicerçada no mecanismo do favor.

3.2 Análise do Favor em *Iaiá Garcia*

3.2.1 A leitura de Roberto Schwarz

Segundo o autor, a postura e Machado no livro em questão é de total desencanto. “É ela a responsável pelo clima ao mesmo tempo apagado e poderoso que pesa sobre esse livro sem humor” (SCHWARZ, 1977, p.151). Tal desencanto é uma idealização para tornar aceitáveis os fatos da vida brasileira e também justificá-los. Para o crítico, justificar “é o verdadeiro limite da primeira fase” (SCHWARZ, 1977, p.151).

Passam ao primeiro plano da narrativa questões como o sentido e o valor da vida contemporânea. A prática do paternalismo e a verdadeira natureza das relações interpessoais são postas em cena e também “uma porção de expressões e noções ligadas à prática do paternalismo, que não haviam ainda merecido essa honra” (SCHWARZ, 1977, p,153). Neste sentido, em *Iaiá Garcia*, temos a elaboração realista da nossa ordem social sem se curvar aos modelos europeus de Literatura.

Após darmos esse tom da análise que Schwarz realiza, interessa-nos abordar alguns pontos fundamentais dela que nos permitem compreender e apresentar novos elementos em relação a análise do autor da representação Machadiana, em *Iaiá Garcia*, de uma sociedade patriarcal alicerçada no mecanismo de favor.

O primeiro ponto que gostaríamos de apontar diz respeito à Guerra do Paraguai. De acordo com Schwarz, em *Iaiá Garcia,* Machado busca dar realidade à forma através da incorporação de aspectos históricos à trama. Neste sentido, a Guerra do Paraguai é utilizada para fazer com que o patriotismo apareça e seja logo desmentido pelas intenções pessoais das personagens:

> Assim, Valéria Gomes alega razões patrióticas, mas na verdade manda o filho à guerra para afastá-lo de uma agregada da casa, a quem ele queria. Luís Garcia aconselha o moço que obedeça, mas aconselha a contragosto e sem convicção, pressionado por Valéria, à qual deve obrigações familiares. Jorge (o filho) vai, mas para limpar-se aos olhos da amada que não quer saber dele , e que ele, moço rico, algum tempo antes havia brutalizado um pouco (SCHWARZ, 1977, p. 155).

Machado une Literatura de ficção e um episódio fundamental da História, o que, segundo Schwarz é um feito muito apreciável. (SCHWARZ, 1977, p.156). Porém

> se é certo que a dissolução da guerra patriótica em motivos privados a integra coerentemente no tecido do romance, é verdade que o capítulo também não tem o efeito fundamental de seus congêneres europeus, mesmo ruins, que é de dar a dimensão histórica ao romance” (SCHWARZ, 1977, p.156).

Apesar da pouca clareza que se tinha sobre a Guerra do Paraguai naquele momento e da distância entre política e sociedade no mundo oitocentista brasileiro é possível verificarmos a profunda consciência histórica que tinha Machado se olharmos todo o clima tenso e conflitante do livro como uma possível alusão a esse conflito histórico - o maior conflito armado da história da América do Sul – no qual o Brasil estava inserido. Neste sentido, diferentemente do que afirma Schwarz, a guerra do Paraguai não seria utilizada somente em alguns capítulos com o intuito de desmentir o patriotismo através da prevalência dos interesses pessoais. Ela estaria em todos os âmbitos, tanto na forma como no conteúdo, e daria identidade temporal e espacial ao romance. Aprofundaremos um pouco mais essa hipótese no próximo capítulo.

O segundo aspecto que nos interessa é a análise dos personagens. Para mostrar como Machado realiza a transposição da ordem social para a literatura através de uma elaboração realista, Schwarz divide os personagens em dependentes e poderosos e nos mostra que essa é uma escala complexa já que “nem a dependência é sempre indigna, nem a independência é sempre feliz” (SCHWARZ, 1977, p.160).

Na categoria dos dependentes, temos a submissão total de Raimundo e Maria das Dores, ambas são descritas como vizinhas da escravidão e da devoção religiosa. Temos também a submissão do oportunista, no caso, Sr. Antunes. A submissão contrariada fica a cargo de Estela. Finalmente, temos a ruptura da dependência através do trabalho assalariado nas figuras de Luís Garcia e, mais tarde, Estela

No âmbito dos poderosos, temos como a personagem mais poderosa do livro, a viúva de um rico desembargador, Valéria Gomes que, apesar de calorosa, dispõe das pessoas que dependem dela. Em seguida, temos o filho de Valéria, Jorge. Este, apesar de boa pessoa e respeitoso era irresponsável, inconstante e nulo. Por fim, como representante do capitalismo, temos o vilão que realizava seus negócios através das influências pessoais, Procópio Dias. Este, apesar de destoar dos demais personagens consegue conviver bem com elas. Essa normalização entre paternalismo e interesse material é, como enfatiza Schwarz, um sinal de maturidade do livro.

Neste ponto é interessante notar que Iaiá, a personagem que intitula o livro, apesar de mencionada como a personagem que ascendeu socialmente, não é discutida por Schwarz. A trajetória de Iaiá é outro aspecto do paternalismo que nos interessa muito para uma breve análise no subcapítulo posterior.

Outro aspecto interessante da análise de Schwarz é que ele nos chama a atenção para alguns pontos inovadores de *Iaiá Garcia* em relação aos livros anteriores tais como: o desencanto sem revolta que amplia, unifica e amadurece as temáticas anteriores; o fato do paternalismo agora estar no centro dos conflitos e não mais restrito às famílias, o que evidencia uma apropriação e crítica da realidade e da literatura; e o clima desiludido dado pelo movimento dos favores e das dependências que dá uma unidade social e literária diferente das demais. (SCHWARZ, 1977, p.161)

Schwarz nos mostra, por fim que, a falta de conflito entre paternalismo e interesses materiais, ou seja, a inserção da mercadoria no mundo paternalista não constitui um problema e chega a não ser notada no livro em questão. Este é o ponto forte e ao mesmo tempo o grande problema do romance já que a exclusão da esfera do dinheiro, embora tenha um efeito idealizador, não parece forçada na sociedade em que é apresentada. (SCHWARZ, 1977, p.165)

Análise das personagens por Schwarz

A análise das personagens feita por Schwarz está centrada nas figuras de Luís Garcia e Estela em contraponto à Valéria e Jorge.

Ao falar de Luís Garcia, o crítico nos mostra que, apesar de termos uma figura teoricamente independente, na prática, o funcionário público não escapava à rede dos favores. Para Schwarz (1977, p. 178), “retraimento, disposição de obsequiar,

aversão ao obséquio, estima pela dependência, são noções díspares e, em parte, incompatíveis[14]" mas que podem descrever bem Luís.

Quanto à Valéria, para obter o que queria não poupava esforços. Invertia a hierarquia social e, falsamente suprimia a diferença social entre ela e seus dependentes quando, na verdade, jogava para impedir a entrada de Estela na família.

O livro faz um movimento em que "de baixo para cima se trocam serviços por apreço, enquanto que em sentido inverso, mas sem que a conexão entre os dois momentos se explicite, o apreço se traduz em benefícios materiais" . (SCHWARZ, 1977, p. 171)

É o arbítrio dos poderosos que alimenta as fantasias dos seus dependentes para abusar deles conforme convinha. Assim, a humilhação das humilhações não estava na dependência, mas sim nas ilusões que as acompanhavam e no gozo junto às humilhações. Para escapar das ilusões o livro vai totalmente contra o imaginário e o espontâneo. Só o desencanto defende a dignidade contra a indecência da ilusão social. Assim, se "valoriza o casamento sem amor, mas sem ilusão, toma o partido do adulto contra o infantil, do durável contra o passageiro, vê com relatividade o patriotismo, como aliás, qualquer outro entusiasmo" (SCHWARZ, 1977, p. 172)

O que é humilhante não é o favor, mas a personalização do favor. Desta forma, percebe-se um tom frio, que decorre do desencanto, que percorre todo o livro. As personagens não riem e não choram. Quando fazem, é às escondidas. Até mesmo o amor tem que ser sufocado. É como se grandes emoções, sejam elas positivas ou negativas fossem degradantes. Estela é, sem dúvida alguma, o grande expoente dessa forma de resistência à dependência através de ações calculadas e que fogem de qualquer tipo de sentimento.

Schwarz (1977, p. 174) nos mostra que a ideia de "obséquio impessoal" é uma contradição em si mesma. É como defender o capitalismo e não gostar do lucro. É praticar o favor dispensando as satisfações e vantagens ligadas à obrigação de favor. Porém, pode ser vista como uma fina solução ao conciliar os interesses

---

[14] Idem. P. 168

dos dependentes, dos proprietários e a inspiração moderna. A Impessoalidade suprimia as desvantagens morais da dependência, mas não o seu fundamento. Com isso, temos a apropriação ao espírito do tempo já que o dependente passa a ser um funcionário do fluxo de favores.

Enquanto a análise de Luís é construída em conjunto com a de Valéria , a de Estela está vinculada à Jorge. Porém, enquanto Luís era interessante ao se esquivar, Estela tinha sua rigidez como ponto forte.

A dignidade de Estela, como a de Luís Garcia se constrói como resposta às arbitrariedades de seus protetores.

A distância social entre Estela e Jorge prevalece contra o amor. Há uma busca incessante para manter a dignidade através da racionalidade e não se deixar enganar pelos sonhos de igualdade. Assim, “a cooptação é sempre degradante (...) e o amor não basta para limpá-la”. (SCHWARZ, 1977, p. 85)

O aspecto conservador de *Iaiá Garcia,* segundo nos mostra Schwarz, está na incapacidade de se pensar em mudança da ordem social já que o desejo de ascender através do favor era considerado o ápice da degradação. Assim, a cooptação não repugna por ser uma solução individual que não altera a posição social dos demais dependentes, mas porque é um favor que não pode ser pago e que geraria uma dívida de gratidão. Temos uma consciência aguda da situação sem que isso se transforme em consciência de classe.

Modernidade

De um lado temos Valéria e Jorge com seus arbítrios. Do outro, Estela e Luís com seu mérito moral e intelectual. Diante deste cenário, espera-se um enfrentamento que não virá e isso, segundo Schwarz, é o defeito e o aspecto original do livro. Os dependentes são firmes, mas não afrontam a ordem estabelecida.

A instauração de um problema, a espera de um conflito e a descontinuidade nos levam a uma forma desarmoniosa que é a transcrição formal das relações reais.

Nesse aspecto temos, segundo Schwarz, o primeiro feito considerável do Romance Brasileiro.

A verossimilhança entre forma literária e processo social é um feito machadiano indiscutível. Ele observa nosso atraso e, como demonstra brilhantemente Schwarz, o transcreve formalmente em *Iaiá Garcia*. Porém, é possível que Machado tenha, já neste romance, nos apontado uma saída para esta descontinuidade que não permite que o embate aconteça. É fato que "Em nenhum momento, Estela, Luís Garcia ou Jorge enfrentarão Valéria, cuja autoridade é um dado". (SCHWARZ, 1977, p. 191) Porém, Iaiá não se coloca no mesmo lugar de imobilidade dos demais dependentes. Ela manipula a ordem e a subverte. Este é um outro ponto não discutido por Schwarz que achamos merecer atenção especial no próximo subcapítulo dessa dissertação.

Outra discussão interessante que nos traz a análise de Schwarz é a desdramatização aos moldes de Brecht que podemos observar em *Iaiá Garcia* através das descontinuidades. Segundo o crítico, três momentos cruciais da história são antidramáticos: A decisão de Estela de não ceder, o beijo forçado que Jorge dá em Estela e, por fim, as mudanças súbitas nos sentimentos de Jorge em relação à agregada.

As descontinuidades que podemos observar fazem com que o livro em questão saia do terreno do romanesco e entre na esfera histórica, realista e moderna. Assim:

> (...) a supressão metódica do movimento romanesco é fruto de observação local e é um avanço realista de Machado, que no entanto o aproxima da autocrítica formal característica da literatura de vanguarda, em que se explicitam pressupostos gerais da ordem burguesa. Um exemplo mais da convergência entre atraso social e formas artísticas avançadas. (SCHWARZ, 1977, p. 203)

O defeito capital do livro, segundo o crítico, é a blindagem feita à autoridade do narrador e à firmeza de Estela. Nada, nem o arbitrário, afetaria essas duas esferas em *Iaiá Garcia*. Concordamos com essa ideia, porém com algumas ressalvas.

É admirável a dualidade e o sarcasmo do narrador construído por Machado de Assis em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Não há personagens puramente corretas e dogmáticas, como em *Iaiá Garcia*. Porém, pensamos que é possível visualizar o projeto literário de Machado já no livro em questão, principalmente se olharmos com atenção para Procópio Dias, Iaiá Garcia e o Sr. Antunes. Assim, pretendemos nos debruçar sobre tais personagens em um momento específico de nossa análise. Veremos, então que o narrador não é tão autoritário quanto parece e que a firmeza de Estela serve como contraponto à astúcia de Iaiá.

As fases de Machado

Através da abordagem de Schwarz vimos que a imposição da descontinuidade impedia o ciclo paternalista de completar seu movimento e sua figura. Assim, todos os personagens são sempre “filhos” e não agiam por conta própria. Tal fato fazia com que a elevação e os conflitos dignos de literatura existissem somente no interior do ciclo familiar. Não há, segundo o crítico, consciência de classe e, desta forma, a luta de classes não é possível.

Segundo Schwarz, em *Iaiá Garcia*, Machado “tentara analisar o arbitrário paternalista na perspectiva dos dependentes, a fim de livrá-los dele, o que levara a excluí-lo do bom tom”. (1977, p.231) O ponto de vista adotado, por se tratar de uma classe submissa e de percepção limitada, não consegue dar conta da sociedade como um todo. Já em seus romances maduros, o arbitrário será encarado com a intimidade humorística de quem se confessa praticante, e já não tem o que temer. O ponto de vista passou a ser o de cima, dominante, amplo. Para Schwarz essa é uma das grandes diferenças entre os livros considerados da primeira fase e aqueles da segunda fase.

Se para ele falta em *Iaiá*, os grandes ritmos da transformação social, cujo contorno só o movimento da propriedade e das classes desenha, para nós, é neste

livro que podemos visualizar, mesmo que de forma embrionária, as grandes questões que serão discutidas por Machado nos livros posteriores.

Assim, a seguir, pretendemos utilizar as valiosas observações de Schwarz para pensar não apenas nas descontinuidades do conteúdo e da forma, mas primordialmente, na continuidade que *Iaiá Garcia* nos permite fazer com o restante da obra Machadiana e, principalmente, com as questões que embasavam o Brasil oitocentista.

3.2.2 Novos elementos

Personagens e a Guerra de Interesses

Ao analisarmos *Iaiá Garcia* tendo como foco aspectos históricos e sociológicos da obra podemos observar que, já no primeiro capítulo o narrador nos apresenta a matéria que será tratada e a organização da sociedade em questão. Esta é dividida entre senhores, homens livres e escravos e a guerra de interessas entre homens livres e senhores é a base para a construção do enredo. Há também a guerra entre os homens livres que buscam a ascensão ou a repudiam. Ao adentrarmos no enredo buscaremos verificar como isso é realizado.

O Livro é iniciado com uma carta de Valéria à Luís Garcia

> 5 de outubro de 1866.
> Sr. Luís Garcia – Peço-lhe o favor de vir falar-me hoje, de uma a duas horas da tarde. Preciso de seus conselhos, e talvez de seus obséquios. (*IG*, p.51)

Interessante notar que a palavra favor, da forma como foi utilizada por Valéria, não é mais do que um artefato para disfarçar seu tom imperativo. Não é um pedido, pois não é dada alternativa ao remente. É uma ordem, com horário marcado para

ser cumprida por alguém que ocupa uma posição subalterna. Já está posto quem manda e quem obedece.

Vamos, como no livro, àqueles que obedecem; ou deveriam obedecer.

Conhecemos o apático, e regular **Luís Garcia** que, apesar de buscar o isolamento, não escapava ao jogo dos favores:

> Quem recorria a seu préstimo era raro que não obtivesse o favor. Obsequiava sem zelo, mas com eficácia, e tinha a particularidade de esquecer o benefício, antes que o beneficiado o esquecesse. (*IG*, p.52)

Era um homem sem grandes posses, funcionário público, mas obsequiava. Isso nos chama atenção para o fato de que o favor ocorria não apenas entre grandes proprietários e homens livres, mas também entre os menos abastados.

Porém, diferentemente do procedimento tradicional do favor, no qual há um endividamento simbólico, com Luís Garcia nota-se que há uma tentativa de apagamento de qualquer tipo de dívida. Ou seja, Luís não esperava a retribuição do favor que prestara. Era um homem convicto de que “uma onça de paz vale mais que uma libra de vitória” (*IG*, p.52). Desta forma, preferia o isolamento e a uniformidade de seu lar à guerra de interesses, embora não conseguisse escapar da rede dos favores nem mesmo em sua residência.

Prova disso é a relação entre ele e seu criado **Raimundo** que “parecia feito expressamente para servir Luís Garcia (...) Era escravo e livre”. (*IG*, p.53) Isto é, um homem alforriado, que continuava na condição de escravo.

Sob o falso discurso de que Raimundo era livre e que poderia viver naquela casa enquanto quisesse, estava estabelecido um pacto de união entre o senhor e seu escravo. Em uma sociedade que não oferecia possibilidade alguma de sobrevivência a um homem negro, idoso e sem bens materiais, não restava outra alternativa a Raimundo senão continuar a servir Luís em troca de sua subsistência.

Raimundo foi da condição de escravo a agregado. Como escravo, era um bem. Como agregado, tinha que se submeter ao mundo do favor, ou seja, precisava oferecer algo para merecer o benefício que possuía. Desta forma,

> Raimundo foi dali em diante um como espírito externo de seu senhor; pensava por este e refletia-lhe o pensamento interior, em todas as suas ações, não menos silenciosas que pontuais. Luís Garcia não dava ordem nenhuma; tinha tudo à hora e no lugar competente. (*IG*, p.53)

Da relação entre Luís e Raimundo, somos levados à relação entre pai e filha e podemos já tecer algumas considerações interessantes sobre o caráter de **Lina Garcia**, ou melhor, Iaiá Garcia.

Com apenas 11 anos, Iaiá, que passava os finais de semana na companhia do pai e de Raimundo, era o centro das atenções de sua casa. Gostava de receber as lembranças guardadas por Raimundo, fazer brincadeiras, mas não hesitava em se submeter prontamente aos exames que o pai lhe fazia sobre o que tinha aprendido no colégio: "respondia, lia ou desenhava, conforme lhe era mandado ou pedido". (*IG*, p.59)

Apesar do jeito, aparentemente submisso de Iaiá, podemos verificar a formação do caráter da menina. Ao contrário das esperanças de Luís, ela não herdara o coração "desinteressado e puro" (*IG*, p.59) da mãe.

Na guerra de interesses, Iaiá não fugia, como seu pai. Nem se submetia a servir como Raimundo. Aprendeu que havia outros métodos de atingir seus objetivos. Para exemplificar, vejamos um ponto peculiar desse aprendizado.

Certo dia, ao executar um trecho musical com os dedos na borda da mesa como se estivesse tocando piano, a menina conseguiu que o pai, apesar do pouco dinheiro, lhe comprasse um piano. Seus desejos foram atendidos sem que ela precisasse proferir uma única palavra. Ao comparar a mobília humilde da casa com o belo instrumento, Iaiá "extraiu a ideia do sacrifício que o pai devia ter feito para condescender com ela; ideia que a pôs triste, ainda que não por muito tempo". (*IG*, p.57) Com este episódio, o narrador nos revela que ela entendeu a importância de se fazer amada, principalmente quando se ocupava uma posição subalterna. O coração era um terreno fértil para se plantar e se colher o que quisesse e poderia

ser facilmente tocado por gestos e palavras subentendias. Não era necessário fugir, submeter-se ou guerrear. Precisava apenas manipular.

Quando Iaiá confiou ao pai a ideia que tinha de ser mestra de piano, ao mesmo tempo que Luís encarava tais planos como meninices passageiras, pensava:

> (...) que lhe poderia ele desejar, senão aquilo que a tornasse independente e lhes desse os meios de viver sem favor? Iaiá tinha por si a beleza e a instrução, podia não ser bastante para lhe dar casamento e família. Uma profissão honesta aparava os golpes possíveis da adversidade.(*IG*, p.51)

Neste pequeno trecho nota-se a consciência de Luís Garcia em relação aos mecanismos que estruturavam a sociedade na qual estava inserido. Para uma mulher, como Iaiá, restava, inicialmente o casamento ou o favor. Entretanto, o mundo do trabalho é apontado como alternativa possível a esses mecanismos. Possível, porém, distante, como veremos.

Somos apresentados também à **Maria das Dores**, a ama que havia criado Iaiá: “uma pobre catarinense, para quem só havia duas devoções capazes de levar uma alma ao céu: Nossa senhora e a filha de Luís Garcia.

Ao final do primeiro capítulo, toda trama que irá se desenrolar está posta: o jogo do favor, a guerra de interesses, o poder de Valéria e o poder de sedução de Iaiá que ainda menina tinha todos os seus desejos realizados por todos que estavam ao seu redor: Luís, Raimundo e Maria das Dores.

Algumas páginas depois, Machado nos apresenta a descrição de **Valéria**, que valida as posturas de autoridade e submissão ocupadas por Valeria e Luís, respectivamente:

“Valéria Gomes era viúva de um desembargador honorário, falecido cerca de dois anos antes, a quem o pai de Luís Garcia devera alguns obséquios e a quem este prestara outros” (*IG*, p.59)

Nessa descrição as posições sociais e as relações que uniam Valéria e Luís são evidenciadas. O favor mostra-se, então, como elo entre os que mandam e os que obedecem. Mais do que isso, o favor apresentado já nas primeiras linhas desse

romance, se consolida como um mecanismo de longa data, normatizado e, até mesmo, transmitido ao longo das gerações.

Porém, o favor não é casual nem gratuito. Uma vez recebido um obséquio, o favorecido estará em eterna dívida simbólica para com seu favorecedor. Este, saberá jogar com seu poder material e com a dívida de seus dependentes para que seja sempre feita sua vontade.

Assim, ao expressar sua vontade de enviar Jorge à Guerra do Paraguai e deparar com a argumentação contrária de Luís Garcia, Valéria utiliza-se do endividamento moral entre as famílias para que Luís se veja na obrigação de aceitar a persuadir Jorge.

“O senhor é nosso amigo – explicou ela – seu pai também foi nosso amigo. Sabe que um e outro sempre nos mereceram muita consideração. Em todo caso, não quisera recorrer a outra pessoa. ” (*IG*, p.62)

Utilizando-se dos perigos da guerra como argumento, Luís mostra que Valeria está exigindo um favor com o qual ele não concorda:

“(...) O obséquio que hoje exige de mim quem sabe se mo não lançará em rosto um dia como ato de leviandade?” (*IG*, p.62)

Luís tenta escapar, mas Valéria exige que seu pedido seja atendido:

> (...) Se alguma coisa lhe mereço, se não morreu em seu coração a amizade que o ligou à nossa família, peço-lhe que me ajude francamente neste empenho, com a autoridade de sua pessoa. Entre nisto, como eu mesma, disposto a vencê-lo e convencê-lo. Faz-me este obséquio?
> Luís Garcia refletiu um instante.
> - Faço, disse ele frouxamente. (*IG*, p).63

Temos a possibilidade do embate entre a mulher mais poderosa do livro, a herdeira do poder patriarcal do falecido desembargador, e o humilde e resignado funcionário público. Entretanto, Luís não ousaria enfrentar tal poder. Como o narrador nos assinalou logo no início do romance, ele preferia a normalidade e a paz. Diante da autoridade social de Valéria, só resta a Luís Garcia ceder, mesmo contra sua vontade.

Somos, então iniciados ao contraditório e romanesco caráter de **Jorge** que era advogado, mas “possuindo muitos bens que lhe davam para viver à farta, empregava uma partícula do tempo em advogar o menos que podia”. (*IG*, p.64) Apesar da sua inteligência pronta, não era profundo. “Era generoso e bom, mas padecia um pouco de fatuidade”. (*IG*, p.64)

Neste trecho, vale a pena salientar que o papel do trabalho na classe social que Jorge ocupava. Diferentemente da maioria da população, que trabalhava ou dependia de favores para ter acesso ao mundo material, Jorge já tinha seu sustento, bem como sua riqueza, assegurados por herança. Assim, o trabalho era, para os membros da classe de Jorge, um status social ao invés de uma necessidade. Após falar com Jorge, Luís percebeu que este também estava prestes a ceder à vontade de Valéria. Para o rapaz, ir à guerra era uma forma de demonstrar sacrifício à pessoa amada. Diante de uma mãe que queria afastar seu filho de um casamento socialmente indesejado e o romântico filho que começava a aceitar a guerra como uma forma de sofrer por amor, Luís desejava “deixar que os acontecimentos tivessem livre curso, sem nenhuma intervenção, sua”. (*IG*, p.66) Porém, mais uma vez, cedeu à viúva diante do falso argumento criado por ela de que Jorge estava apaixonado por uma mulher casada.

> Luís Garcia curvou a cabeça com um gesto de assentimento. Como seus olhos baixassem ao chão, não pode ver no rosto da viúva uma ligeira cor que avermelhou e desapareceu. Se lha visse, se a fitasse imperiosamente, talvez a viúva baixasse os olhos envergonhada de haver mentido. Luís Garcia não viu nada. Calou-se, aprovou a viúva e prometeu auxiliá-la. (*IG*, p.66)

Entre suas convicções a os favores que devia à família de Valéria, restava à Luís a amarga submissão. Assim, deixava a casa da viúva “ (...) aborrecido de tudo, - da mãe e do filho – de suas relações naquela casa, das circunstâncias em que se via posto.” (*IG*, p.15) Já no terceiro capítulo somos apresentados ao **Sr. Antunes**, o parasita social do enredo. Por saber transitar muito bem do “elogio hiperbólico até o silêncio oportuno”. (*IG*, p.71) Antunes passou de simples escrevente a homem de

confiança do falecido marido de Valéria. Ao conquistar a proteção do poderoso desembargador, o parasita angariava também algumas posições na escala social. Assim “(...) viu crescer-lhe o ordenado, multiplicarem-se lhe as gratificações; foi admitido a comer algumas vezes em casa, nos dias comuns, quando não havia visitas de cerimônia”. (*IG*, p.61)

Ao mesmo tempo que Sr. Antunes se consolidava como o protegido do desembargador,

> (...) sucedeu morrer-lhe a mulher, de quem lhe ficou uma filha de dez anos, menina interessante, que algumas vezes visitara a casa do desembargador. Este fez o enterro da mãe e pagou o luto da filha e do pai. O senhor Antunes, que não era de extremas filosofias, tinha a convicção de que debaixo do sol nem tudo são vaidades, como quer o *Eclesiastes*, nem tudo perfeições, como opina o Doutor Pangloss; entendia que há larga ponderação de males e bens, e que a arte de viver consiste em tirar o maior bem do maior mal. (*IG*, p.71)

Vemos que com a morte da mulher, Antunes consegue a proteção do desembargador e também de Valéria para a sua filha, Estela.

> Morta, a mulher alcançou do desembargador um enxoval completo para fazer entrar a filha num colégio, visto que até então nada aprendera, e já agora não podia deixa-la sozinha em casa. O desembargador dera o enxoval, algumas vezes pagou o ensino, as visitas amiudaram-se; a criança, que era bonita e boa, entrou manso e manso no coração de Valéria, que a recebeu em casa, no dia em que a pequena concluiu os estudos. (*IG*, p.71)

Com a morte do desembargador, o Sr. Antunes:

> (...) recebeu dois golpes ao invés de um: o de o ver morrer; e o de não o ver testar. (...)A fim de emendar a mão à fortuna, o pai de Estela concentrou na viúva a atenção que até então repartira entre ela e o marido, fato que aliás decorria da própria obrigação moral em que se achava para com a família do desembargador” (*IG*, p.71)

Somos apresentados à **Estela** já em sua condição de agregada. Porém, diferentemente de seu pai, Estela sabia seu lugar na casa de Valéria e não esperava ascender através do favor:

> (...) rejeitava de si toda a sorte de ornatos; nem folhos, nem brincos, nem anéis(...) eram dois os motivos — um sentimento natural de simplicidade, e, mais ainda, a consideração de que os meios do pai não davam para custosos atavios, e assim não lhe convinha afeiçoar-se ao luxo." (*IG*, p.73)

Somente na metade do livro somos introduzidos a um personagem que muito interessante: Procópio Dias**.**

> "(...) tinha particularidade de parecer simplório, sempre que lhe convinha; nessas ocasiões é que ria com a testa. Não usava barba; ele próprio a fazia com o maior esmero. Via-se que era homem abastado. As roupas, graves no corte e nas cores, eram da melhor fazenda e do mais perfeito acabado. Naquela manhã trazia uma longa sobrecasaca abotoada até metade do peito, deixando ver meio palmo de camisa, infinitamente bordada. Entre o último botão da sobrecasaca e o único colarinho, fulgia um brilhante vasto, ostensivo, escandaloso. Um dos dedos da mão esquerda ornava-se com uma soberba granada. A bengala tinha o castão de ouro lavrado, com as iniciais dele por cima, — de forma gótica. (*IG*, p.112)

Como podemos perceber com essa pequena descrição, Procópio Dias era o representante da burguesia em meio ao mundo patriarcal que reinava em *Iaiá Garcia*.

IAIÁ GARCIA E A GUERRA DO PARAGUAI

Como pudemos verificar, *Iaiá Garcia* é um livro tenso, escrito sob o clima da guerra, da possibilidade eminente do conflito entre as classes, mais precisamente entre senhores e homens livres na ordem escravocrata. Além disso, temos também os antagonismos gritantes no interior das classes, vide o conflito entre Estela e Iaiá, que apesar de pertencerem à mesma classe social, brigavam pelo amor do mesmo homem, ou melhor, disputavam uma possível aliança com um homem da classe dominante.

Porém, ao lermos a obra por um viés histórico, uma possível chave de leitura para essa guerra entre homens livres e senhores é que ela seja uma alusão à guerra do Paraguai que ocorria neste período da América do Sul.

Veremos que, assim como a cultura do favor, o maior conflito ocorrido na América do Sul também foi marcado pela autoridade da poderosa Inglaterra e não por uma ação livre dos países americanos envolvidos.

Precisamos entender melhor o que foi a Guerra do Paraguai, qual os interesses em jogo para que possamos verificar, posteriormente, como isso ocorre em *Iaiá Garcia*.

Ocorrida entre novembro de 1864 e março de 1870, A Guerra do Paraguai foi o maior conflito da América Latina de todos os tempos.

Com o final do Colonialismo Espanhol, o Vice Reinado do Rio do Prata perdeu a unidade Política. Assim, após longos conflitos nascem Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

A **Argentina** surgiu após longos conflitos entre as correntes unitária e federalista.

Os Unitários eram comerciantes de Buenos Aires e almejavam um Estado centralizado para assegurar o controle do comércio exterior Argentino. Já os Federalistas eram as elites regionais, isto, é grandes proprietários, pequenos industriais e comerciantes mais voltados para o mercado interno.

Almejavam um estado descentralizado para que suas rendas fossem mantidas. Não queriam se submeter a impostos estabelecidos pela burguesia local.

O **Uruguai** nasce em 1828, após a luta entre argentinos, brasileiros e partidários da independência. O cenário político era dividido entre duas facções: Blancos e Colorados.

Os Blancos correspondiam aos proprietários rurais. Herdavam a velha tradição autoritária espanhola que via com suspeita os avanços das novas potências europeias. Já os Colorados ligavam-se aos comerciantes e às potências europeias, ou seja, simpatizavam com os ideais liberais.

Já em relação ao **Paraguai**, podemos verificar que seus habitantes, descendentes em grande parte dos índios guaranis, não aceitavam se submeter à burguesia autônoma e passaram a agir de forma independente desde 1810.

Em 1813 os portenhos praticamente impediram o comércio do Paraguai com o exterior. Bloquearam o estuário do Prata (acesso ao mar) alcançada através dos rios Paraguai e Paraná.

José Gaspar de Francia isolou o país e se tornou ditador perpétuo. As terras foram confiscadas e não se utilizava moedas, ou seja, a renda da terra e impostos eram pagos com produtos.

Com a morte de Francia, Carlos Antonio Solano López é designado presidente e proclama a independência do Paraguai, em relação à Espanha, em 1842 e estimula o comércio exterior. Assim, o Paraguai buscou o crescimento. Foi inevitável o aumento de interesse pela bacia do Prata e pelo controle da navegação fluvial dos rios Paraguai e Paraná e pelo livre transito através do porto de Buenos Aires

Em 1862, com a morte de seu pai, Solano López ascende ao poder.

Ele queria criar o Paraguai Maior e estender os domínios paraguaios até o Atlântico, anexando áreas pertencentes ao Brasil, Argentina e todo o Uruguai.Com isso, temos a reação dos países envolvidos e também da Inglaterra. Esta, queria evitar a redução do mercado e a concorrência. Além disso, o modelo autônomo de desenvolvimento poderia servir de estímulo para outros países da América. Assim, a

Inglaterra, que estava rompida diplomaticamente[15] com o Brasil, pediu desculpas formais ao governo brasileiro para que pudesse usar o Brasil em seus interesses na região.

A intervenção brasileira no Uruguai inviabilizava o acesso paraguaio ao Prata. Solano, então, alegou que isso era um ato de guerra e aprisionou o navio brasileiro Marques de Olinda. Manteve uma série de prisioneiros, inclusive o governador o Mato Grosso, Carneiro de Campos. Com isso, o Brasil decretou Guerra ao Paraguai.

Em 1865, a Inglaterra intermediou a criação da Tripla Aliança. Esta recebeu financiamento, armas e apoio inglês até o final da Guerra.

A Disparidade de forças fez com que o Paraguai, apesar de mais bem preparado militarmente, não conseguisse sustentar o conflito. Em 1870, temos a morte de Solano e o fim da Guerra.

Através deste breve panorama, podemos perceber que a Guerra do Paraguai foi uma guerra de interesses mercantis entre alguns países latinos realizada sob o arbítrio Inglês, a grande potência política e econômica dos meados dos oitocentos.

Em *Iaiá Garcia*, também podemos, de certa forma, observar muitos choques de interesses sob o arbítrio de Valéria, a grande representante do poder no livro em questão.

Para Gledson, “Machado criou obras cujas tramas são determinadas por verdades históricas, das quais ele estava plenamente consciente” (GLEDSON, 2003, p. 34). Porém, tal crítico, ao tratar de *Iaiá Garcia,* aponta que um dos problemas do livro é a tentativa falha de uma abordagem histórica (2003, p. 67). Perguntamo-nos se Machado realmente não conseguiu atingir seu possível intuito ou se estariam nas relações de favor a chave interpretativa necessária para entendermos a metáfora

---

[15] Longe de agir no início da década de 1860 como um instrumento dos interesses ingleses, o governo imperial envolveu-se em vários incidentes com a Inglaterra, conhecidos como “questão Christie”, nome do embaixador britânico no Brasil. Após a apreensão de navios mercantes brasileiros pela Marinha britânica estacionada no Rio de Janeiro, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra no início de 1863. Criou-se no país um clima de exaltação patriótica, incentivado também pelas notícias de que cidadãos brasileiros estavam sofrendo violências no Uruguai, onde os “blancos” se encontravam no poder, O governo do Império invadiu o Uruguai, em setembro de 1864, com o objetivo de ajudar a colocar os “colorados” no governo. (FAUSTO, 2001, p.118)

histórica. Neste momento resta-nos a dúvida se Machado falhou ou se os críticos falharam e a possibilidade de ter contribuído com alguns apontamentos para a investigação dessa hipótese.

NARRADOR E OS DIVERSOS PONTOS DE VISTA

Como mencionamos anteriormente, Schwarz coloca a autoridade do narrador como um defeito do livro. Porém, ao observamos os diferentes pontos de vista apresentados, podemos verificar uma tentativa de imparcialidade que nos parece bastante interessante.

Vejamos alguns exemplos de como isso ocorre em *Iaiá Garcia*

Se pensarmos em Estela, podemos verificar que tal personagem é vista de forma bem diferente dependendo do observador.

Aos olhos de Jorge, ela era vista como um membro arrogante da classe inferior, isto é, que não sabia seu lugar na pirâmide social. Assim, ao enfrentá-lo quando ele a intercepta na casa da Tijuca, Jorge pensa: “Quem era ela para o afrontar assim? Era a segunda vez que formulava essa pergunta; tinha-a feito nas primeiras auroras da paixão. (*IG*, p.78)

Já aos olhos de Valéria, não era dado à Estela sequer a possibilidade de emitir uma opinião sobre trivialidades, quanto mais a de afronta. Assim, em relação à reforma da casa da Tijuca, “Estela não tinha voto consultivo". (*IG*, p.77)

Se olharmos para a possível união entre Jorge e Estela veremos que a diferença de classe se reflete na diferença de opinião formulada pelo observador.

> Assim, o Sr. Antunes via em tal união a possibilidade de ascensão social.

> Estela devia a essa família educação e carinho; podia talvez ir a dever-lhe um dote, um marido e consideração. Quem sabe? Talvez o coração de Jorge vinculasse as duas famílias. Esta ambição afagava-ao Sr. Antunes no mais profundo de sua alma"; .(*IG*, p.72)

Ao mesmo tempo, aos olhos de Valéria, a união entre Jorge e Estela era algo degradante, inadmissível.

> (...) se a moça lhe amasse o filho, ou seria a queda de Estela, que a viúva estimava muito, ou o consórcio dos dois, solução que lhe repugnava aos sentimentos, ideias e projetos. Jamais consentiria em semelhante aliança. Urgia pronto remédio. (*IG*, p.82)

Outro exemplo interessante da busca de imparcialidade do narrador se apresenta quando observamos o significado da Ida de Jorge à Guerra do Paraguai para Valéria, Sr. Antunes e Estela.

Para Valéria, mandar seu filho à frente de batalha, era uma forma de evitar que ele fizesse um casamento socialmente degradante sob a máscara do patriotismo:

> Desamparada desse lado, a viúva cogitou então a viagem à Europa; e, quando ele lha recusou, recorreu à guerra do Paraguai. Não sem custo lançou mão desse meio, violento para ambos; mas, uma vez adotado, luziu-lhe mais a vantagem do que lhe negrejou o perigo. Assim foi que de um incidente, comparativamente mínimo, resultara aquele desfecho grave, e de um caso doméstico saía uma ação patriótica. (*IG*, p.82)

Para o Sr. Antunes era ver o desmoronamento de suas aspirações de ascensão social através de um casamento vantajoso entre sua filha e Jorge.

> A tristeza do Sr. Antunes era mortal. (...)Uma vez penetrado da ideia de casar a filha com o bacharel, viveu dela, como se a vira praticada. O incidente da guerra não lhe desvendou a realidade da situação, mas pareceu-lhe que adiava o seu desejo, e bastava a consterná-lo. Agora que via fardado o filho de Valéria, prestes a embarcar no dia seguinte, creu deveras na separação" (*IG*, p.83)

Já para Estela, ver o homem que amava partir era uma forma de conseguir manter sua postura de recusa às investidas do moço. Assim, quando Jorge coloca nas mãos dela sua ida ao Paraguai ou a permanência no Rio, ela não tem dúvidas:

> Fitou-o alguns instantes com uma expressão muda e fria. A vaidade da mulher podia contentar-se daquela solene reparação, e perdoar; mas o orgulho de Estela venceu, e não deu lugar a nenhum outro sentimento de justiça ou de humanidade. Um jeito irônico torceu-lhe o lábio, donde saiu esta palavra má e desdenhosa: — O senhor é um tonto. (*IG*, p.85)

Ainda em relação multiplicidade de pontos de vistas que temos em Iaiá Garcia, também é bastante interessante olharmos para as contradições internas de Jorge, em relação à possibilidade de união com Estela, que o narrador nos apresenta:

> Tua mãe é quem tem razão, bradava uma voz interior; ias descer a uma aliança indigna de ti; e se não soubeste respeitar nem a tua pessoa nem o nome de teus pais, justo é que pagues o erro indo correr a sorte da guerra. A vida não é uma égloga virgiliana, é uma convenção natural, que se não aceita com restrições, nem se infringe sem penalidade. Há duas naturezas, e a natureza social é tão legítima e tão impediosa como a outra. Não se contrariam, completam-se; são as duas metades do homem, e tu ias ceder à primeira, desrespeitando as leis necessárias da segunda.
> — Quem tem razão és tu, dizia-lhe outra voz contrária, porque essa mulher vale mais que seu destino, e a lei do coração é anterior e superior às outras leis. Não ias descer; ias fazê-la subir; ias emendar o equívoco da fortuna; escuta a voz de Deus e deixa aos homens o que vem dos homens. (*IG*, p.86)

Através desses exemplos, a autoridade do narrador pode ser pensada. Se, como nos afirma Schwarz, o narrador é o senhor da verdade, podemos dizer, ao menos, que a verdade em *Iaiá Garcia* é multifacetada.

Uma interpretação de Lina Garcia

Ao descrever as personagens do livro em questão, tivemos a oportunidade de analisar como o caráter de Iaiá foi constituído na infância e verificar que a inocência não era o ponto forte de tal personagem. Outros exemplos podem reforçar nossa hipótese:

Vejamos como Iaiá se aproximou de Valéria, a mulher mais poderosa do livro:

> Já então Iaiá entrara na intimidade da casa, menos ainda pelo que podia haver — e havia, — simpático e atraente em sua pessoa, do que pelo esforço próprio. A sagacidade da menina era a sua qualidade mestre: assim viu depressa o que era menos agradável, para evitá-lo, e o que o era mais, para cumpri-lo. Essa qualidade ensinava-lhe a sintaxe da vida, quando outras ainda não passam do abecedário, onde morrem muita vez. Obtida a chave do caráter de Valéria, Iaiá abriu a porta sem grande esforço. (*IG*, p.99)

No próximo trecho, podemos observar a repugnância e hostilidade de Iaiá em relação a Jorge e repreensão de Luís Garcia em relação ao comportamento de Iaiá :

> Ponderou-lhe que Jorge era filho de uma pessoa a quem eles deviam estima, e de quem ela mesma houvera uma recordação póstuma; que essa circunstância devia atenuar a antipatia, se Jorge lhe era antipático" (*IG*, p.129)

Esse trecho evidencia o caráter de Iaiá. A menina, definitivamente, só fazia o que queria: "Iaiá ouvia e calava-se; emendava-se num dia, para reincidir toda a semana" (*IG*, p.129)

Do mesmo jeito que Iaiá percebeu o caráter de Valéria, fez com o filho também. Por isso o afrontava. Sabia que, desta forma, ia atrair sua atenção:

"Esse procedimento constante, não afrontoso, porque ela o disfarçava, impressionou o espírito do moço que não lhe pôde descobrir a causa verdadeira, ou pelo menos verossímil". (*IG*, p.129)

Através dos exemplos citados, mesmo que o narrador nos diga que o comportamento de Iaiá é fruto de ciúmes filiais, a construção do enredo desmente esse narrador.

Ao nosso ver, Iaiá Garcia pode ser entendida como a personagem mais complexa do livro em questão. Machado nos permite acompanhar a formação do caráter de Iaiá para que possamos perceber sua capacidade de percepção dos mecanismos sociais estabelecidos. Ela aprendeu desde cedo como deveria agir para que, mesmo em uma posição subalterna pudesse ter seus desejos atendidos dentro dessa ordem. Assim, conquistar, seduzir e manipular todos a sua volta era a estratégia de sobrevivência finamente desenvolvida por Iaiá durante sua escalada social.

Neste sentido, podemos pensar nessa personagem como uma prefiguração de algumas personagens femininas de Machado em sua fase madura.

Como nosso objeto de pesquisa são as relações de favor tanto no Brasil como em Portugal, após este breve estudo realizado em *Iaiá Garcia*, vamos à Literatura Portuguesa contemporânea a Machado para que possamos verificar como o favor se apresenta.

4. O FAVOR EM *AS TRÊS IRMÃS*

4.1 As 3 Irmãs na produção de Camilo Castelo Branco

Em recente artigo sobre Camilo Castelo Branco, Oliveira (2016, p.13) nos chama a atenção para um fato curioso: “enquanto seu companheiro de século, Eça de Queirós, possui estudiosos em várias partes do globo, Camilo quase que só os possui na pequena casa lusófona”.

Além disso, ao estudar extensamente a crítica Camiliana, ele nos mostra que algumas obras do autor, como *Amor de Perdição* e *A Queda dum Anjo* são insistentemente estudadas, enquanto outras, por “azares do destino” e não por seu valor literário, possuem algumas críticas dispersas. (OLIVEIRA, 2016)

É examente nesse grupo de críticas dispersas que está o nosso objeto de interesse, a obra *As Três Irmãs* que, apesar de ser umas das obras menos estudadas de Camilo[16], ao ser analisada com a devida atenção, pose ser reveladora de aspectos muito interessantes do contexto histórico social português.

Publicada em 1862, mesmo ano de *Amor de Perdição, Coração Cabeça e Estômago* e *Memórias do Cárcere*, essa obra foi obscurecida pelos grandes sucessos do autor e negligenciada pelos críticos de Camilo durante os séculos XIX e XX. Porém, no século 21 ela começa a chamar atenção de uma nova geração de pesquisadores brasileiros.

Tais pesquisadores, formados pela leitura de romances brasileiros e suas problemáticas, ao se debruçarem sobre a obra de Camilo, provavelmente, puderam fazer relações muito próximas entre as questões presentes nas ficções camilianas e aquelas encontradas, por exemplo, na obra de Machado de Assis. Ao comparar tais

[16] Ver OLIVEIRA, 2016 para as referências aos raros estudos críticos feitos sobre *As Três Irmãs.*

autores, e olhar para os processos de formação do romance em seus respectivos países, é quase que inevitável pensar que em Portugal, assim como no Brasil “era preciso ajustar o tom do romance europeu às condições acústicas locais, muito mais modestas”. (GUIMARÃES, 2012, p.59)

Ao analisar As Três Irmãs, com um olhar talvez um pouco mais malicioso, principalmente em relação ao narrador, um crítico brasileiro desconfia de um final dicotômico. Percebe que:

> “a obra não apresenta uma dicotomia simplista entre bem e mal (...) O único caminho que no livro existe é da dependência em relação a uma família nobre. Todos os outros levam ao fracasso. Certamente, nesse tipo de dependência encontramos algo do favor, tão insistentemente apresentado nas obras de Machado de Assis”. (OLIVEIRA, 2016, p.23)

Assim, o caminho está aberto para que possamos olhar para as *Três Irmãs* por um novo prisma.

4.1 Análise do Favor em *As Três Irmãs*

O mecanismo do favor, não idêntico, mas próximo do que foi descrito por Schwarz, pode ser claramente detectado em *As Três Irmãs* em dois momentos principais do livro. O primeiro, e um pouco mais discreto, é a trajetória de Duarte. O segundo e mais evidente é a relação de dependência de Jerônima, Maria e da Sra. Mariana com o honrado advogado Dr. Fonseca após a morte de Joaquim Luís da Silva e mais tarde a relação de dependência que se estabelece entre toda a família e Jerônima.

Duarte, ao perder no jogo toda a imensa fortuna construída por seu pai, não teve outra alternativa a não ser depender dos favores das pessoas que ocupavam posições de privilegio em relação à sua.

Como se poderá verificar no exemplo a seguir, quando a execução das dívidas de jogo de Duarte foram iniciadas, ele dependeu dos favores econômicos de seus amigos:

"Consegui Duarte, mediante o patrocínio de raros amigos leais à desgraça, suspender a começada execução, com promessas de embolsar o credo em prazo fixo".[17] (*ATI*, p.11)

Além deste favor de amigos Duarte também precisou que o sogro provesse cuidados e sustento para sua esposa Eulália e mais tarde, em sua estadia no Brasil, Duarte desfrutou de honras concedidas graças as suas "boas relações" (*ATI*, p.134) na corte do Rio de Janeiro. Neste momento Duarte "era um português de alto nascimento, em quem o sr. D. João VI revalidara a nobreza de seus avós, intitulando-o grande no reino" (*ATI*, p.134) O que provém recursos para que Duarte sobreviva não é o trabalho e sim o favor. Duarte, em sua posição submissa, depende do favor de um grande para obter recursos para seu sustento e até mesmo para sua ostentação de riqueza e posição social.

Mas, quando D. João VI descobre a má fama que Duarte conquistara em Portugal e faz com que este perca suas regalias, Duarte é novamente salvo pelo "favor":

> Um homem, tenente de infantaria, que devia a Duarte a sua patente intempestiva, soube da desgraça do seu protetor, procurou-o n'essa hora de horrível sofrimento, e deu-lhe recursos para se transportar para Pernambuco, no navio que levantava ferro n'aquele mesmo dia (*ATI*, p.136).

Durante toda a inconstante trajetória de Duarte em *As Três Irmãs*, o autor observa e descreve uma relação entre tipos sociais diferentes que se baseia na troca de favores e na dependência.

---

[17] Em todas as citações do livro As Três Irmãs optamos por atualizar a ortografia.

Como sugerido anteriormente, após a morte de Joaquim Luís da Silva pode-se observar um segundo momento no qual a estrutura do favor pode ser detectada com um pouco mais de detalhes.

Após a falência nos negócios D. Mariana, Jerônima e Eulália precisaram da ajuda de José da Fonseca para sobreviverem. Coube ao advogado, mesmo com grandes dificuldades, prover o sustento das senhoras. Neste caso José da Fonseca não possuía uma posição social privilegiada em termos financeiros, mas por ser o homem da família, e por isso estar acima das mulheres, tinha o dever de favorecê-las.

Ao notar a dificuldade de Fonseca para sustentá-las Jerônima decide pedir ajuda a um fidalgo que tinha adquirido os bens do marido de Eulália quando este foi à falência:

> _ V. s. ª pode consentir que minha irmã resida e se alimente de uma das quintas que foram de seu marido.
>
> _ Conseguiu o que deseja, minha senhora, e mais do que pede. Sua irmã não há de encerrar-se n'uma casa de aldeia. Pode a Sr.ª. D. Eulália escolher uma das casas que eu tenho na cidade, e julgar seus os rendimentos da quinta de Grijó, e passar na quinta o tempo que lhe aprouver (*ATI*, p.176)

Em sua posição de mulher em uma sociedade patriarcal Eulália tinha como alternativa apenas recorrer à benevolência do rico fidalgo para prover o seu sustento.

Já Jerônima, apesar de ser também uma mulher, é descrita por Camilo como sendo uma personagem mais forte e com aspirações e independência tidas como varonis para a sociedade portuguesa do século XIX:

> Jerônima era a menos bela e a mais varonil no gênero de lavor a que se dava em casa, entendendo no tráfico, na labutação e na contabilidade. Dizia Joaquim Luiz que Jerônima era o varão da casa; e a mãe, a Sra. Mariana – que a seus próprios caixeiros proibira tratarem-na por dona – essa dizia muitas vezes a Jerônima : "Ó moça! Tu pareces-me um homem!". (*ATI*, p.173)

Ela não se submete à estrutura do favor como sua irmã Eulália. Assim, Jerônima busca um trabalho como mestra através do qual possa garantir seu sustento, mas afirma a irmã:

> Verás que o depender não é amargo, quando a beneficencia é generosa e desinteresseira. Todos dependem, todos aceita, do egual ou do maior, favores, que muitas vezes significam humilhação e vilipendio. Tu tens por ti o respeito que inspira a immerecida desgraça. Quem te acode, bem mostra a estima que te dá no valor do obsequio. (*ATI*, p.180)

Nestas palavras de Jerônima, além de observar os mecanismos estruturais nos quais a sociedade descrita por Camilo estava estabelecida, é possível observar também o que Schwarz (1988, p.17) chama de "a intenção louvável, seja do agradecimento, seja do favor. Ou seja, Eulália não tinha que se envergonhar da dependência, pois era esta uma prática social comum que mostrava benevolência de quem o dava e humildade e agradecimento de quem o recebia.

Com a possibilidade de Jerônima ser mestra e Eulália viver do favor de um fidalgo elas poderiam, finalmente, deixar de ser um fardo ao cunhado. Porém, quando o destino das irmãs Eulália e Jerônima já estava traçado um outro favor muda o desenrolar do enredo. Fonseca, que estava sustentando-as com grande dificuldade chega em casa dizendo à sua esposa Maria:

"O homem a quem restitui o valor da causa perdida, morreu ontem, e deixa-me seu universal herdeiro, herdeiro dos bens, que valiam seis mil cruzados, e das benfeitorias que lhes fez em sete anos". (*ATI*, p.183)

Novamente é possível observar que a forma de obtenção de dinheiro e riquezas não é o trabalho e sim o favor. Fonseca adquire uma vida estável graças ao favor de um homem com condições financeiras superiores que lhe deixou toda sua herança.

Ainda através da observação da trajetória desta família, é possível detectar mais uma vez o mecanismo social baseado no favor quando Fonseca deixa a pátria para lutar por seus ideais políticos, restando à sua família os bens hipotecados a um terço do valor. Ao terem os bens confiscados, Maria, seu filho Alberto e Eulália foram

acolhidas por Jerônima que, neste momento, já havia feito fortuna, supostamente através dos lucros de seu trabalho, que ela havia investido no comércio de vinho.

Porém, vale salientar que, como nos mostra Paulo Motta Oliveira (2016, p.22), em certo momento Jerônima perdeu tudo o que tinha no comércio de vinhos e, somente graças ao favor do fidalgo para quem ela trabalhava, não sofreu as consequências dessa perda. Ao tomar conhecimento do fracasso dos negócios de Jerônima o morgado ressarciu-lhe o prejuízo e assegurou-lhe lucro em dobro sem que ela sequer soubesse de todo o ocorrido. Portanto, o dinheiro que Jerônima pensava ser fruto de seu trabalho era, na verdade, resultado do favor de um grande.

Assim, Jerônima agora era a detentora de toda a fortuna que iria sustentar o resto da família, como é possível observar no seguinte trecho do livro em que Fonseca recebe carta de Jerônima informando-lhe sobre as novas condições familiares:

> Levou-lhe Deus a consoladora carta da abundância em que as tinha Jerônima; com a carta forma bastos recursos para seis meses, e a noticia de que Alberto iria para Coimbra, logo que se abrisse a universidade, matricular-se no segundo anos. (*ATI*, p.211)

Jerônima agora favorecia as duas irmãs (Eulália e Maria), provinha recursos para os estudos do sobrinho Alberto e também para sobrevivência do cunhado Fonseca.

Neste ponto é interessante notar que Jerônima, uma mulher, é a única personagem do livro que consegue obter riqueza, supostamente, através do trabalho.

É também a única mulher no livro que em certo momento ocupa uma posição social mais importante que a de um homem. A família passa de uma estrutura patriarcal para a matriarcal, na qual Jerônima é o centro.

Sabemos que as hipóteses apresentadas merecem um estudo muito mais longo e profundo para a sua verificação, mas fica aqui o registro de uma possibilidade de entendimento das obras de Camilo como reflexões literárias e

histórico-sociais, mas não somente como obras biografistas, passionais e de beleza morfossintática.

Certamente estes são apenas alguns apontamentos que evidenciam o fato do livro A*s Três Irmãs* não se tratar apenas de uma obra com intuito moral. Por trás do aparente enredo moralizante, em *As Três Irmãs*, é possível perceber claramente as estruturas sociais observadas por Camilo que regem a sociedade Portuguesa. O jogo da dependência, a figura do agregado, o favor como forma de obtenção de sustento ou até mesmo de riqueza são os mecanismos nos quais a sociedade em questão se encontra estruturada. Camilo observa estes tipos sociais e as relações que são estabelecidas entre os extremos da pirâmide social e as descreve.

Levando isso em consideração, não é mais pertinente entender que Eulália, Jerônima, Fonseca, Duarte, Maria e os tantos outros personagens descritos por Camilo são retratos de indivíduos utilizados pelo autor como exemplos para a elaboração de sua estória de fundo moral. São eles construções históricas observadas por Camilo na sociedade portuguesa oitocentista que em suas ações estabeleciam uma estrutura social baseada no favor.

Desta forma, considerando que para Schwarz (1988, p.17) no Brasil “o favor é a nossa mediação quase universal” e Machado é o mestre na observação dos mecanismos sociais que regem a sociedade brasileira, com a identificação da estrutura do favor no romance Camiliano, pode-se verificar um ponto de semelhança na estrutura social entre Portugal e Brasil observadas por Camilo e Machado.

Sendo estas semelhanças sociais descritas e observadas por escritores pertencentes a um período onde se buscava dar forma ao romance tanto em Portugal quanto no Brasil, é possível também levantar hipóteses sobre semelhanças entre a ascensão do romance no Brasil e em Portugal.

4. CONSIDERAÇÔES FINAIS

Ao pensarmos na História comum a Brasil e Portugal vimos que, mesmo após serem formalmente cortados os laços político e econômico que os uniram, seu passado colonial deixou heranças que podem ser identificadas e estudadas pelos mais variados âmbitos do conhecimento. A literatura é um deles.

Tendo em mente que “as literaturas somente se desenvolvem e progridem por meio de empréstimos mútuos” (TEXTE, 1994, p.46), buscamos perceber, através da análise comparativa de algumas obras literárias, que a transposição da prática social do favor para a literatura, é anterior ao que nos apresenta Machado de Assis.

Embora Schwarz tenha detectado e estudado longamente tal prática na sociedade Brasileira apresentada por Machado, na literatura portuguesa pudemos também verificar relações de favor tanto em *A Mão do Finado*, de Alfredo Hogan como, posteriormente, em *As Três irmãs* de Camilo Castelo Branco. Mesmo na literatura brasileira anterior à Machado, o favor já estava prefigurado, como pudemos ver em *O Filho Do Pescador* de Teixeira e Sousa.

Nas cartas analisadas, trocadas entre o brasileiro Machado de Assis e os portugueses Miguel de Novais e Joana de Novais, tivemos a confirmação de que o favor constituía uma prática social bastante trivial entre os habitantes dos dois países nos oitocentos. Assim, não é estranho que tal aspecto da realidade tenha sido recorrentemente retratado pela literatura e que possa ser pensado como um ponto de intersecção entre Brasil e Portugal.

Além disso, através da análise de *Eugènie Grandet* pudemos verificar que na França de Balzac também se pode encontrar relações que muito se assemelham às práticas do favor brasileiro e português.

Ao analisar *A Besta Humana* de Émile Zola, Paulo Motta Oliveira já havia percebido que:

> “Se, na França, o favor não possui um papel universal como no Brasil, o livro nos mostra que pelo menos em parte o destino da classe baixa, e mesmo da média, depende da intermediação de membros da classe dominante, ou das disputas entre estes.” (OLIVEIRA, 2008 p. 26)

Porém, para validarmos tal hipótese estudos mais aprofundados serão necessários. Assim, esperamos que, no Doutorado, as relações de favor na França e em sua literatura quando comparada ao que temos no Brasil e em Portugal possam constituir um terreno de pesquisa bastante produtivo.

5. BIBLIOGRAFIA

6.1 Corpus literário

ALENCAR, José de. Senhora. São Paulo: Klick Editora, 1997.

ASSIS, Machado de. *Obra Completa. ed. Afrânio Coutinho, 1-3v. 8ª ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1992.*

BALZAC, Honoré de. *Eugénie Grandet*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

BRANCO, Camilo Castelo. *As Três Irmãs*.Lisboa: Paraceria Antonio Maria Pereira, 1917.

_____. *Amor de Perdição*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2010.

DUMAS, Alexandre. *A Mão do Finado*. Lisboa: Tipografia Lisbonense de Aguiar Vianna, 1853.

SOUSA, A. G. Teixeira e. *O Filho do Pescador*. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1859.

6.2 Títulos teórico-críticos

ARENAS, Fernando. “(Post)colonialismo, Globalizattion , and Lusofonia or The ‘Time-Space’ of the Portuguese-Speaking World”. In UC Berkeley: Institute of European Studies. Dec. 1, 2009

_____, *Correspondência de Machado de Assis: tomo III* – 1890 – 1900. Coordenação e orientação Sérgio Paulo Rouanet; reunida,

organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2011.

BOAVENTURA, Maria Eugênia (orgs.). Livro involuntário: literatura, história, matéria & memória. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993, pp 207 – 221

BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. 46ª ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CASTRO. Aníbal Pinto de. *Narrador, tempo e leitor na novela Camiliana.* Famaliação: Casa de Camilo, 1976.

COELHO, Jacinto do Prado. Uma Introdução ao Estudo da Novela Camiliana. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981.

COUTINHO, Eduardo F.; CARVALHAL, Tania Franco, (Orgs.). *Literatura Comparada: Textos Fundadores:* Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

EULALIO, Alexandre. “Em torno de uma carta”. In: CALIL, Carlos Augusto; BOAVENTURA, Maria Eugênia (orgs.). Livro involuntário: literatura, história, matéria & memória. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993, pp 207 - 221

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2010.

FREIRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2006.

GALVÃO, José. Faustino Xavier de Novais, as vie et son oeuvre satirique. Montpellier: Université Paul-Valéry, 1988.

GLEDSON, John. Machado de Assis – Ficção e História. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. *A Era do Capital*. São Paulo: Paz e Terra. 1977

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. Das letras, 2013.

IANNI, Octavio. Raças e Classes Sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro e Imagem e Miragem da Lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Paulo Motta (org.). Figurações do Oitocentos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

_____. A ascensão do romance em português: para além das histórias literárias nacionais. Veredas, Santiago de Compostela, v. 10, p.173-181, 2008.

OLIVEIRA, Paulo Motta; PAVANELO, Luciene Marie. Camilo Castelo Branco e Machado de Assis em Diálogo: para além do romantismo e do realismo. Rio de Janeiro, RJ: Sete Letras, 2016.

RIBEIRO. João. Camilo Castelo Branco. In: Revista da Academia Brasileira de Letras. Vol. 18. N. 25. Pp. 422-435, 1921.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e identidade”. In: Novos Estudos Cebrap, n. 66, jul. 2003, pp. 23-52

SARAIVA, Antônio José. Iniciação à Literatura Portuguesa. São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as Batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.

_____. *Um mestre na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1990.

VERÍSSIMO, José. Machado de Assis. História da Literatura Brasileira. 4ª ed. Brasiília: Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 304-319.